

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE AGRONEGÓCIO

LUIZA HELENA MONTEIRO BORBA DE OLIVEIRA

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE SILVÂNIA, GO.**

GOIÂNIA

2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Luiza Helena Monteiro Borba de Oliveira		
E-mail:	luizahmbo@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	☒ Sim	☐ Não	
Vínculo empregatício do autor	Estudante		
Agência de fomento:	Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:BR	CNPJ: 00889834/0001-08
Título:	Formas de organização dos produtores familiares do município de Silvânia, GO		
Palavras-chave:	Agricultura familiar, Organização dos produtores, Silvânia		
Título em outra língua:	Forms of organization of family farmers in the municipality of Silvânia, GO		
Palavras-chave em outra língua:	Family farming, Organization of producers, Silvânia		
Área de concentração:	Sustentabilidade e competitividade dos sistemas agroindustriais		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	04/09/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Agronegócios		
Orientador (a):	Fausto Miziara		
E-mail:	faustomiziara@uol.com.br		
Co-orientador (a):*	Cleonice Borges de Souza		
E-mail:	cleobs@ufg.br		

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Luiza Helena M.B. de Oliveira
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 25 / 09 / 2014

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LUIZA HELENA MONTEIRO BORBA DE OLIVEIRA

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE SILVÂNIA, GO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Agronegócio, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Miziara

Goiânia, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG

O48f Oliveira, Luiza Helena Monteiro Borba de.
Formas de organização dos produtores familiares do município de Silvânia, GO [manuscrito] / Luiza Helena Monteiro Borba de Oliveira. - 2014.
xv, 69 f. : tabs, figs.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Miziara; Co-orientadora: Cleonice Borges de Souza
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, 2014.
Bibliografia.
Inclui lista de tabelas e figuras.
Apêndices.

1. Agricultura familiar 2. Cooperativismo 3. Pequeno produtor rural - Silvânia (GO). I Título.

CDU 631.1(817.3)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO –
PPAGRO**

Dissertação de Mestrado

**"FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA, GO"**

LUIZA HELENA MONTEIRO BORBA DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Agronegócio.

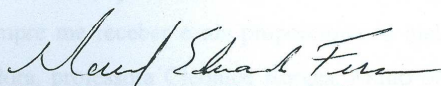
Aprovada por:



Prof. Dr. Fausto Miziara
Orientadora Presidente/PPAGRO/EA/UFG



Prof. Dr. João Batista de Deus
Membro Externo/IESA/UFG



Prof. Dr. Manuel Eduardo Ferreira
Membro Interno/PPAGRO/EA/UFG

Goiânia, 04 de setembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Enfim mais uma conquista! Durante a realização desse trabalho contei com a ajuda de muitas pessoas queridas. E é a elas quem dedico e também agradeço.

Primeiramente, e sempre, agradeço ao meu anjo da guarda por proporcionar luz no meu caminho. Por estar sempre ao meu lado me guardando.

Aos meus queridos pais, por mais uma vez acreditarem que meus estudos sempre são mais importantes. Agradeço pelo apoio e também compreensão pela minha ausência.

À minha querida e tão amada irmã, Tereza. Sempre ao meu lado! Você é meu anjo da guarda, meu porto seguro. Muito obrigada pela paciência, incentivos, orientações e conselhos.

Ao meu querido Allan. Muito obrigado pelo seu apoio e principalmente pela sua compreensão. Sei que você escutou muito: “não, não posso”, “quando eu terminar”, “agora não”, etc. Obrigado por mesmo levando tantos não permanecer do meu lado.

À minha querida família, em especial minhas tias Efigênia e Patrícia. Agradeço também a minha tia Betinha, que conseguiu ver um pouco de seu trabalho aqui. Agradeço a você por todo apoio e conselhos acadêmicos. Eles foram muito importantes.

Aos meus queridos amigos, mas em especial ao Rodrigo Peixoto. Esse trabalho só existe devido aos seus conselhos. Nunca me esquecerei disso! Agradeço também a querida Flávia Alcântara por suas orientações.

Aos amigos e professores do mestrado pela experiência maravilhosa que foi estudar com vocês. Um agradecimento especial aos amigos Blenda, Sheila, Hamilcar e Frankcione.

Ao meu querido orientador, professor Fausto Miziara, agradeço pela excelente orientação. Obrigada por sempre me receber e me proporcionar o melhor caminho. Agradeço também a minha co-orientadora, professora Cleonice Borges. Muito obrigada pelas indicações bibliográficas, pelas correções e críticas. Esse trabalho não teria terminado se não fosse por vocês dois. Muito obrigado!

Agradeço toda a equipe da Coopersil por terem me recebido tão bem. Agradeço especialmente aos senhores Giovani e Nilton por todas as informações e por terem colocado toda a cooperativa a minha disposição. Agradeço também aos funcionários Leandro, Robson e Micaela por toda ajuda que vocês me forneceram.

Agradeço a CAPES por proporcionar o financiamento dessa pesquisa. E ao programa de pós-graduação em Agronegócios por proporcionar essa pesquisa.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Uma maneira de fortalecer os pequenos produtores é estabelecer a união entre eles. Assim, organizações como associativismos e cooperativismo são alternativas encontradas pelos pequenos produtores para terem acesso a créditos rurais, máquinas, animais e sementes melhoradas, ou seja, se modernizarem. O município de Silvânia, na década de 1980, participou de um programa desenvolvido por quatro instituições de pesquisa, cujo objetivo era promover a organização dos produtores. A partir dessa experiência, os produtores de Silvânia conseguiram se fortalecer e se tornar mais competitivos no mercado. A pesquisa visa estudar quais os mecanismos usados hoje para manter a organização dos produtores no município após a saída da intervenção do Estado. Assim, foi possível observar o investimento da administração da cooperativa em assistência técnica, cursos de capacitação e treinamentos. Contudo, foi observado a presença de relação de poder entre os associados, em que existem indivíduos com maior acúmulo de capital social, e que por essa razão se encontram em uma posição superior em relação a outros cooperados. E também a presença dos mesmos indivíduos na administração da Coopersil.

Palavras-chave: agricultura familiar, organização dos produtores, Silvânia

ABSTRACT

To strengthen small producers is to establish a bond between them. Thus, organizations like cooperative alternatives are encountered by small producers to gain access to rural credit, machinery, animals and improved seeds to modernize. The municipality of Silvânia, in the 1980s participated in a program developed by four research institutions whose goal was to promote the organization of producers. From this experience Silvânia producers managed to strengthen and become more competitive in the market. The research aims to study the mechanisms used today to maintain the organization of producers in the city after the departure of state intervention. Thus, it was possible to observe the investment management of the cooperative in technical assistance, training courses and trainings. However, the presence of power relations among members was observed, that there are individuals with greater accumulation of capital, and therefore are in a superior position in relation to other members. And also the presence of the same individuals in the administration of Coopersil.

Key word: family farming, organization of producers, Silvânia

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População rural de Silvânia_____	30
Tabela 02 – Número de produtores filiados a Coopersil separados por gênero_____	39
Tabela 03 – Trabalho familiar _____	40
Tabela 04 – Formas de aquisição das terras_____	41
Tabela 05 – Processos de modernização: tanque de resfriamento e ordenha _____	41
Tabela 06 – Participação nas reuniões da Coopersil_____	52
Tabela 07 – Escolaridade dos ex-presidentes da Coopersil_____	54
Tabela 08 - Escolaridade dos filhos X Residência com os pais_____	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Porcentagem dos cooperados em relação ao tamanho da propriedade_____	40
Figura 02 – Grau de satisfação dos cooperados à Coopersil_____	49
Figura 03 – Grau de escolaridade dos produtores cooperados_____	53
Figura 04 – Grau de escolaridade dos filhos dos produtores associados_____	54

SUMÁRIO

Introdução	07
Problema de pesquisa	08
Objetivos	09
Objetivo geral	09
Objetivos específicos	09
Metodologia	09
Capítulo 01 – Agricultura familiar e suas formas de organização	12
1 – Agricultura familiar	12
2 – O movimento associativista	18
2.1 – Organização de produtores	19
2.2 – Associativismo X Cooperativismo	22
3 – A construção do campo	26
Capítulo 02 – O projeto Silvânia e o município	30
1 – Município de Silvânia	30
2 – Projeto Silvânia	31
2.1 – Central de Produtores	35
2.2 – Coopersil	38
Capítulo 03 – Fim do projeto e as formas de organização	43
1 – O projeto e o município de Silvânia	43
2 – A cultura de organização	48
3 – Relações de poder	50
Conclusão	56
Bibliografia	58
Apêndice	62

Introdução

O município de Silvânia - GO foi utilizado durante a década de 1980 como objeto para a implementação de um projeto de pesquisa e intervenção desenvolvido pela Embrapa Cerrados e pelo *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour Le Développement* - Cirad, com o apoio dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER) e da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA). Tal projeto visava implementar a cultura de organização entre os produtores. O fato de os produtores familiares do município começarem a ter consciência sobre a necessidade de melhoria e modernização, tanto de suas vidas como de suas propriedades, levou-os a percepção de que a união entre eles seria a melhor forma de ter acesso aos créditos de financiamento para poderem se tornar competitivos (BAINVILLE et al. 2005).

Com a implementação do projeto, a ideia de organização entre os produtores se difundiu e em 1990 já existiam 27 associações. Para conseguir fortalecer essas associações e torná-las mais coerentes, foi criada em 1992 a Central de Pequenos Produtores de Silvânia. Seu objetivo era “estudar, coordenar, defender e proteger os interesses dos pequenos produtores” (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1999, p. 27).

Com a expansão das organizações e também o seu fortalecimento, a Central começou a enfrentar algumas dificuldades legais que a impediam de fazer a comercialização dos produtos desenvolvidos por seus associados. A partir dessa dificuldade, foi criada a Cooperativa de Silvânia (COOPERSIL). Apesar de serem distintas, esta nasceu de uma necessidade da Central, e por isso é vinculada a ela. O “Projeto Silvânia”, como ficou conhecido, durou oito anos, e por meio desse estudo é possível identificar a existência de frutos da prática associativista presente na cultura dos agricultores familiares do município. O tema que norteia esta pesquisa diz respeito à organização dos agricultores familiares vis-a-vis a ação do Estado. Existe uma literatura sobre a organização dos agricultores familiares de Silvânia motivada pela ação do Estado, como, por exemplo, os trabalhos escritos por Suzana Sperry. Porém, com o fim da ação estatal cabe indagar sobre a continuidade dessas organizações.

Atualmente a Coopersil conta com quase 470 associados, sendo uma parte produtores residentes no município de Silvânia e outra parte em municípios vizinhos, como Leopoldo de Bulhões e Gameleira. A principal atividade agropecuária desenvolvida entre os associados é a produção leiteira, sendo quase toda receita da cooperativa vinda desta atividade. Porém, hoje existem alguns produtores que trabalham com a produção de orgânicos e hortaliças.

Já a Central de Produtores se encontra mais enfraquecida. Apesar de ainda existirem todas as associações que foram fundadas à época, apenas sete estão em atividade, as demais existem somente em papel. Contudo, a Central ainda promove reuniões dentro da Coopersil, mas devido ao seu enfraquecimento foi repassada à cooperativa a função de administradora/coordenadora das associações.

Destarte, por meio do histórico que o município de Silvânia apresenta quanto à organização dos produtores, este trabalho visa levantar quais são as formas de organização existentes na região. Mesmo sabendo que o associativismo entre os agricultores familiares seja um meio de obter o seu crescimento e desenvolvimento econômico e social, este recurso possui seus aspectos negativos. Em toda relação que existe uma hierarquia, consequentemente, existe uma relação de poder. No caso de uma associação ou cooperativa a relação entre os membros se dá por meio de uma rede, onde alguns indivíduos se destacam mais que os outros. Esse destaque acontece a partir do acúmulo de capital social, como propõe Bourdieu (2010).

Problema de pesquisa

O problema de pesquisa é:

Quais os mecanismos atuais de organização dos produtores familiares no município de Silvânia, GO?

E a hipótese levantada é:

A partir da ação do Estado, os agricultores familiares do município de Silvânia desenvolveram formas específicas de organização. Essas formas tiveram que se readequar à nova realidade, com o fim da intervenção estatal.

Objetivos

Objetivo geral

- Caracterizar as estratégias de organização entre os agricultores familiares do município de Silvânia, GO.

Objetivos específicos

- Compreender como os agricultores familiares do município se organizam;
- Estabelecer como o associativismo e o cooperativismo ocorrem entre os agricultores familiares do município;
- Identificar a herança dos projetos desenvolvidos pelo Estado;
- Identificar e analisar as relações de poder existente entre os produtores associados à Coopersil;
- Estudar as estratégias de ação desenvolvidas pelas lideranças dos agricultores do município.

Metodologia

Para a realização do trabalho foram utilizados dois métodos de pesquisas: questionário e entrevistas. O questionário foi utilizado com o objetivo de levantar o perfil dos cooperados da Coopersil, e as entrevistas permitiram o levantamento de dados mais específicos e detalhados.

Diante da grande extensão territorial do município de Silvânia e do número significativo de associados que a cooperativa possui, bem como pela variedade de produtos que oferece, foi feito um recorte com fim de especificar a amostra. Assim, a população eleita para a primeira parte do trabalho foi a dos produtores de leite associados à cooperativa e que residem no município de Silvânia, sendo esta no total de 299. Em seguida, essa população foi estratificada a partir da produção total de leite entregue na cooperativa no mês de março de 2013. O mês de março foi escolhido devido a sua proximidade ao mês de maio, período que acontece a vacinação contra aftosa no Estado. O intervalo entre estes dois meses não apresenta diferença significativa de produção, quando comparado aos meses de seca, como agosto e setembro. Desta forma, esses produtores foram divididos em 5 categorias: abaixo de

999 litros de leite/mês; de 1.000 a 1.999 litros de leite/mês; de 2.000 a 4.999 litros de leite/mês; de 5.000 a 9.999 litros de leite/mês; e acima de 10.000 litros de leite/mês; sendo, respectivamente, 51 produtores, 76, 125, 39 e 8 produtores para cada categoria. Essas categorias foram criadas aleatoriamente com fins de abordar todos os produtores e, assim, evitar algum viés na pesquisa.

Após a quantificação da população e a sua estratificação, a amostragem foi calculada pelo método de quotas. A amostragem por quotas é usada quando se conhece a sua população, porém, ao contrário da amostragem estratificada, não há uma seleção aleatória dos indivíduos da amostra. Esse método foi escolhido devido a existência de um departamento de vendas de produtos agropecuários na cooperativa localizado no perímetro urbano do município. Como esse departamento é muito utilizado pelos cooperados e devido a grande extensão territorial de Silvânia, o método por quotas se mostrou mais eficiente e confiável para a análise pretendida.

Foi utilizado para os cálculos da amostragem por quotas um nível de confiança de 90% e um desvio padrão de 10. Assim, a amostra total foi de 58 produtores, sendo divididos pelas categorias: abaixo de 999 litros de leite foram entrevistados 10 produtores; de 1.000 a 1.999 l, foram entrevistados 14 produtores; de 2.000 a 4.999 l, foram entrevistados 24 produtores; de 5.000 a 9.999 l, foram entrevistados 8 produtores; e, acima de 10.000 l foram entrevistados 2 produtores.

Para essa parte da pesquisa foi utilizado um questionário com o total de 32 perguntas fechadas e abertas. A aplicação deste questionário foi realizada na segunda quinzena de maio, período em que houve uma maior procura pelos cooperados ao departamento de comercialização de produtos agropecuários da Coopersil. Isso porque o mês de maio, como já relatado, é o período de campanha de vacinação contra aftosa no estado.

Após a aplicação do questionário com todos os 58 produtores, foi feita a tabulação dos dados em planilhas do Excel. Os dados foram tabulados em seu total, mas também separados por cada categoria.

Na segunda parte da pesquisa foram feitas as entrevistas. Estas foram realizadas com dois grupos: todos os ex-presidentes da cooperativa e com os presidentes de associações fundadas durante a instituição da Central de associações e ainda em atividade.

Desde que foi fundada, a Coopersil teve em sua gestão cinco presidentes, sendo eles: João José Diogo Batista (1999 – 2002), Valdir Rodrigues Lobo (2002 – 2004), Luciano Silva Abreu (2004 -2008), Nilton Carlos da Silva (2008 – 2012) e Jovani Batista da Silva (atual).

Para conseguir dados sobre a situação do município antes, durante e depois do projeto foram entrevistadas as representações das associações que surgiram no início do projeto e que estão até hoje na Central de Associações. Do total de dez associações, seis estão desde o início: Associação dos Pequenos Produtores do Projeto João de Deus – INCRA; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Limeira; Associação dos Pequenos Produtores da Região da Boa Vista dos Macacos; Associação Feminina dos Pequenos Produtores da Região da Boa Vista dos Macacos; Associação dos Pequenos Produtores da Região do Vareado; e Associação dos Pequenos Produtores do Quilombo. Nestas associações entrevistou-se um dos membros da diretoria, isto é, presidente, vice ou o tesoureiro.

Todas as entrevistas foram gravadas e em seguida transcritas. E a partir delas foi possível identificar as características do município antes e depois do projeto, como são realizadas as reuniões e assembleias, como os cooperados se comportam durante essas reuniões, quais eram os membros diretores de cada mandado, entre outras informações importantes.

Capítulo 01 – Agricultura familiar e suas formas de organização

1 – Agricultura familiar

A década de 1990 foi marcada pelo surgimento da categoria analítica “agricultura familiar”. Tal termo era antes citado como “pequena produção”, “pequena propriedade”, “agricultura de baixa renda”, “agricultura de subsistência” entre outros (CAUME, 2009). Até o final do século XIX, essa categoria social era também classificada como camponês ou campesinato. O camponês era definido como agricultor pequeno, sem modernização, que trabalhava para sua própria subsistência. Com o surgimento do capitalismo, autores como Karl Marx, Lênin, Kautsky e Alexander Chayanov promoveram discussões sobre as questões agrárias que surgiram no século XIX, e que levaram também ao debate sobre lutas políticas e à própria categorização do camponês na sociedade.

Não há hoje um conceito de agricultura familiar que seja aceito de forma unânime pelos pesquisadores, mas todo o debate que existe sobre essa categoria social tem origem nos estudos realizados por esses autores citados anteriormente. Este estudo não trabalhará com o campesinato no surgimento do capitalismo, mas sim terá por preferência os diferentes conceitos de agricultura surgidos a partir do século XX e XXI.

Logo de início é importante ressaltar que a discussão sobre agricultura familiar no Brasil acontece em dois níveis: um acadêmico e outro político. O surgimento dessa categoria promoveu essa discussão que passou a ganhar visibilidade no campo dos movimentos sociais.

A categoria “agricultura familiar” se consagrou, em nível político, a partir do momento em que o Estado passou a desenvolver políticas públicas específicas para esse perfil de agricultor. O programa que mais ganhou destaque e que também alavancou essa categoria foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Criado em 1996, o Programa tem como objetivo fornecer o crédito rural com juros mais baixos e assistência técnica a “pequenos produtores” com o objetivo de elevar a produtividade, reduzir os custos de produção e aumentar a renda da família rural.

Além das políticas públicas, o governo federal sancionou a Lei nº 11.326, em 24 de julho de 2006, que “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da

Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Em seu artigo terceiro, a referida lei apresenta as características que devem ser atendidas, simultaneamente, e que definem o conceito de agricultor familiar ou empreendedor familiar rural:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Contudo, esta definição de agricultor familiar generaliza o produtor. Para dados políticos, que são informações gerais, isto permite que o Estado formule ações capazes de abranger o maior número possível de produtores, ou seja, elimina os casos particulares, específicos. Por outro lado, essa generalização não permite estudar casos particulares, ou seja, promove a exclusão de produtores que são familiares, mas que, por não apresentarem alguma das características propostas pela lei, ficam à margem das políticas do PRONAF.

Assim, apesar de existir a construção do conceito de agricultura familiar baseado na caracterização política desta categoria, existe outro debate que engloba o conceito de agricultor familiar. Esse debate se estabelece sobre a real definição de agricultura familiar, onde há uma discussão que defende a distinção clara entre camponês e agricultor familiar, e outros que afirmam existir uma relação entre os conceitos.

Independente desse debate, é importante ressaltar que dentro do conceito de agricultura familiar existe o item exploração familiar, e este surgiu junto com o desenvolvimento do capitalismo. Segundo Hugues Lamarche (1993), tal exploração permitiu o avanço da agricultura e a sua inserção na economia.

Lamarche estuda a agricultura familiar a partir da sua exploração. Desta forma o autor trabalha com dois extremos: um onde esse agricultor está integrado na economia de mercado como responsável pelo desenvolvimento do país; e outro onde o agricultor se encontra na economia de subsistência (LAMARCHE, 1993). Essas duas distintas formas de conceituar a agricultura familiar não vem do fato de que se tratam de diferentes objetos, mas sim porque retratam diferentes formas de um mesmo objeto. Assim, Lamarche conceitua exploração familiar como sendo “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão

intimamente ligados à família” (1993, p.15). Desta forma, os agricultores possuem uma tradição baseada na unidade familiar, nas formas de produção e pelo estilo de vida, mas não deixam de acompanhar o desenvolvimento, a modernização no campo.

O autor faz a distinção dos conceitos de exploração familiar e exploração camponesa a partir dos estudos realizados por Chayanov. A exploração camponesa, segundo Chayanov (apud. LAMARCHE, 1993, p. 16) é definida por três pontos: existe uma inter-ligação entre as necessidades de consumo e a organização da produção; o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro; e os objetos de produção não são para produzir valores de troca, mas sim valores de uso. Já a exploração familiar leva em conta todos os pontos que definem a exploração camponesa, mas levando em conta também a sociedade local e também a sociedade num todo (LAMARCHE, 1993, p. 16). Desta forma, Lamarche (1993) afirma que “a exploração camponesa é uma exploração familiar”. Isso porque o camponês desapareceu, mas permanece o agricultor que cria mecanismos de sobrevivência, ou seja, este se adapta aos novos modos de produção que surgem.

Sendo assim, não é conveniente definir a exploração familiar como a camponesa, pois deve-se levar em conta aspectos particulares da relação que cada sociedade tem com os meios de produção e o seu desenvolvimento. Desta forma, Lamarche propõem dois modelos de estratégias que o explorador familiar se orienta: o ideal e o original. O “modelo ideal” é aquele que o explorador planeja suas estratégias e decisões baseadas em um projeto para o seu futuro, enquanto que o “modelo original” se refere à situação que o explorador se encontrava anteriormente (LAMARCHE, 1993, p. 17).

Lamarche (1993) estuda a agricultura familiar a partir de um “modelo original”, mas que se torna distinto em cada sociedade, pois estas possuem suas peculiaridades. Assim, compreende que apesar desses agricultores possuírem suas tradições, estes procuram se adaptar às condições modernas que a sociedade oferece. Para o autor, a agricultura familiar é vista como uma empresa, e dentro dela são os interesses familiares que determinam as decisões. A terra é vista como uma forma de seguro e a família é quem garante a sobrevivência mínima, uma vez que realiza o trabalho (LAMARCHE, 1993).

Também dentro deste debate, Maria de Nazareth Baudel Wanderley trabalha com a ideia da distinção entre essas duas categorias: agricultor familiar e camponês. Segundo Wanderley (2009), o primeiro é um conceito genérico e o segundo corresponde a uma das diversas formas particulares da agricultura familiar. O agricultor familiar é aquele que “ao

mesmo tempo é proprietário dos meios de produção, e assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (2009, p.156). Enquanto que o camponês apresenta particularidades em relação ao conjunto maior, no caso agricultura familiar, as especificidades são quanto a forma de produzir, sociabilidade e objetivos da atividade econômica (WANDERLEY, 1996, p. 4). A autora também afirma que as variáveis que caracterizam esse tipo de agricultor são: família, trabalho e produção. Assim como Lamarche, Wanderley também acredita que os agricultores familiares conseguiram se inserir na sociedade moderna porque adaptaram seus contextos socioeconômicos.

Os conceitos trabalhados por Hughes Lamarche e Maria de Nazareth Wanderley, apesar de abordarem a exploração do trabalho e a mudança do camponês para o agricultor familiar, ainda mostra a existência do campesinato. Contudo, poucos são os agricultores familiares com perfil camponês nas atuais sociedades modernas. O professor Ricardo Abramovay trabalha com o conceito de agricultura familiar de maneira distinta da definição de campesinato proposto por Lamarche e Wanderley. Para ele a agricultura familiar é vista como um fenômeno recente, e não possui vínculo com o camponês. Apesar de possuírem um caráter familiar, os dois conceitos se distinguem quanto a aspectos sociais. Para Abramovay, a agricultura familiar se desenvolve a partir de sua inserção no mercado (1992).

Ainda existe uma relação quando se pensa em produção familiar com uma propriedade precária, com pouca modernização e área reduzida. Porém, os estabelecimentos empresariais contemporâneos mostram outra realidade. São estabelecimentos com investimento em inovação tecnológica, participação no mercado, entre outros. Contudo, o seu caráter familiar não se restringe à propriedade, mas também na direção, na organização e execução do trabalho (ABRAMOVAY, 1992, p. 19). Essa relação entre pequeno produtor e modernização, ou paradigma como propõe Abramovay, tem origem teórica, onde os trabalhos de Lênin e Kautsky não são capazes de explicar os fenômenos agrários contemporâneos, ou seja, os estudos marxistas não conseguem explicar como a agricultura familiar tem sido a principal forma social de progresso técnico no campo (ABRAMOVAY, 1992, p. 20).

Outro ponto que o autor levanta para esse paradigma é quanto a noção de unidade familiar de produção. Quando se faz a associação de pequena propriedade, produção de baixa renda e agricultura camponesa com a agricultura familiar, deixa-se de perceber o seu “dinamismo econômico” (ABRAMOVAY, 1992, p. 21) e sua capacidade de inovação, mas sempre mantendo seus laços de origem, e também a importância do Estado para se construir o atual perfil do capitalismo agrário em países com economia neste setor. As políticas agrícolas

estabelecidas pelo Estado foram, como afirma Abramovay, fundamentais para dar condições para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no desenvolvimento do mundo capitalista (1992, p. 22).

É importante ressaltar que esse tipo de agricultura, onde existe uma alta integração com o mercado, um avanço tecnológico e a interação com as políticas governamentais, não pode ser caracterizada como camponesa. Mesmo tendo a base familiar em comum, existe uma grande diferença entre esse tipo de agricultor familiar e o camponês. Além disso, há um equívoco muito grande quando se tenta explicar o campesinato através do capital, pois a estrutura social da agricultura capitalista contemporânea se dá em uma propriedade familiar, e não camponesa. Assim, Abramovay afirma,

onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêm esvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social" (1992, p. 251).

Essa distinção de conceitos é finalizada quando o autor diz que o local onde este agricultor familiar irá se desenvolver é o mesmo que irá asfixiar o camponês (ABRAMOVAY, 1992, p. 131). Desta forma, o capitalismo trouxe a concorrência e a modernização, que eram alguns itens que o agricultor familiar precisava para surgir, e assim deixar de constituir-se como campesinato.

O agricultor familiar de hoje se encaixa no debate e também nos conceitos propostos por Abramovay. A ideia romântica do homem do campo que vive para alimentar sua família, que utiliza todos os recursos oferecidos pela natureza para atender suas necessidades e que se encontra separado do homem da cidade, não passa de uma ideologia. Não é por que o produtor tem uma relação com a terra, que ele não deseja ter acesso às mesmas melhorias trazidas pela modernidade e as tecnologias que o homem que vive na cidade tem. O agricultor hoje também quer ter acesso a internet, a ferramentas e tecnologias de trabalho que proporcionam menor esforço e mais eficiência, entre outros. Toda essa modernização que o capitalismo trouxe não impede que o produtor perca sua relação com a terra.

Outra forma de se pensar o conceito de agricultura familiar, que se diferencia dos pensamentos trabalhados até agora, são os estudos propostos por José Eli da Veiga. O autor foge do debate entre agricultor familiar e camponês a partir dos estudos de Marx, Lenin e

Chayanov. Como dito, o conceito de agricultura familiar se dá em dois níveis, e é sobre os aspectos políticos que Veiga constrói seus estudos.

Veiga (1995) faz uma crítica muito forte aos autores que trabalham com o tamanho do estabelecimento como a principal forma de distinção entre pequeno e grande produtor. Para ele, uma pequena propriedade pode ter uma grande produção, da mesma forma que uma grande propriedade pode ter uma pequena produção. Assim, Veiga afirma que a produtividade de uma propriedade está mais ligada a adoção de inovações tecnológicas, localização e qualidade do solo, do que ao tamanho do estabelecimento (1995, p. 129). A adoção de tecnologias consegue maximizar a produção e, assim, reduzir a necessidade de mão-de-obra (VEIGA, 1995, p. 129). Apesar de o tamanho da propriedade ser uma questão relativa, ele não deve ser o principal item a caracterizar um agricultor familiar.

Outra perspectiva do conceito de agricultura familiar é dada pela autora Delma Pessanha Neves. A autora discute agricultura familiar pelo termo unidade familiar de produção. Enquanto a unidade capitalista de produção se caracteriza por possuir trabalho assalariado, apropriação da mais-valia, reprodução ampliada e a busca pelo aumento da produtividade e rentabilidade, a unidade familiar de produção se caracteriza pela não existência de salário, pois há o uso da mão-de-obra familiar e valorização da terra. Contudo, com a entrada do sistema capitalista nessas unidades de produção, a agricultura familiar começou a sofrer influências. Surge a “maior especialização do trabalho, intensificação do trabalho e da produção mercantil e a monetarização do consumo, ou seja, a compra de produtos que antes eram fabricados dentro da propriedade, passa a ser comercializado” (NEVES, 1995, p. 25).

Assim como Veiga, a autora entra no debate político. Atualmente, o PRONAF pode ser acessado por, agricultores, pescadores, assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extrativistas, silvicultores e aquicultores. Essa aglomeração de indivíduos mostra as conquistas de outras inclusões, ou seja, a inserção de indivíduos chamados como “franjas periféricas” (NEVES, 2007, p. 19). Essas inclusões, segundo Neves (2007), permitem afirmar que o agricultor familiar é uma categoria de mobilização política. Assim, a autora propõe a utilização do termo produção familiar ao invés de agricultura familiar.

E por fim Carlos Guanziroli discute a agricultura familiar pela ótica das questões sociais e também pela modernização da agricultura. O autor não discute uma definição do

termo “agricultura familiar”, mas sim como essa categoria se encontra em diferentes países. O autor compara a inserção do agricultor familiar no mercado em países mais ricos e em países mais pobres. Segundo Guanziroli (2001, p. 15), em países desenvolvidos a agricultura familiar foi de extrema importância, tanto para a estruturação de suas economias, quanto em relação aos aspectos sociais, como a redução da pobreza. Porém, em regiões mais pobres, como os países da América Latina, o estímulo à modernização da agricultura aconteceu de maneira desigual, de tal forma que os agricultores familiares não se beneficiaram desse “avanço”.

O debate de Guanziroli recai sobre a questão da reforma agrária. O autor defende a reforma agrária, juntamente com o apoio aos agricultores familiares, pois acredita que por meio de tais ações é possível proporcionar o enriquecimento da população agrícola junto com outros setores relacionados. Porém, afirma que para conseguir tal avanço, estas ações devem estar associadas à educação e à saúde (GUANZIROLI, 2001, p. 43).

A discussão do termo agricultura familiar é muito ampla, e engloba uma diversidade de definições, caracterizações e origens que não permitem a construção de um conceito exato. Contudo, apesar de possuírem características distintas, os conceitos apresentados para agricultura familiar se fundam em três princípios básicos: acesso à terra, predomínio da mão-de-obra familiar e a gestão familiar da unidade produtiva. Além, é claro, da valorização da terra, isto é, da relação que existe entre o indivíduo e a propriedade (terra).

2 – O movimento associativista

O movimento associativista cresceu muito desde a década de 1980. Existem explicações para esse crescimento durante esse período (TEDESCO, 1999). Primeiramente, esta década é marcada pela democratização do país, pois encerrava-se um regime autoritário, no qual não era permitido a formação de grupos políticos. Nessa década também surgiram diversos projetos para o meio rural que promoviam a participação comunitária, ou seja, a organização de produtores.

As associações de produtores surgiram a partir de diferentes iniciativas. Tiveram os grupos que se formaram por conta própria, alguns pela busca de terras, como os assentados,

entre outros. Contudo, o maior movimento para o associativismo foi dado por ações do Estado, por meio de agentes estatais como a Emater e a Embrapa.

Vários motivos levaram o Estado a incentivar o associativismo. O principal foi a baixa penetração da cultura de utilização de insumos e defensivos agrícolas nas propriedades familiares (PINHEIRO, 1999). Com as reformulações que estavam acontecendo nas políticas de crédito rural, o Estado viu a necessidade de buscar novas formas de dar continuidade a seu trabalho de maneira que desenvolvesse o trabalho social (PINHEIRO, 1999). Assim, o trabalho dos técnicos ia além da extensão rural. Estes eram responsáveis por realizar um papel social, a partir de reuniões e atividades que promovessem a participação dos agricultores.

A situação em que se encontravam os produtores familiares nesse período também foi favorável para o crescimento do movimento associativista. Segundo Pinheiro (1999), a maioria dos produtores não tinha recursos para promover melhorias em sua propriedade, e muito menos condição de inserção no mercado. Assim, o associativismo combinava esse dois pontos, pois os indivíduos organizados tinham maior capacidade de exercer pressão para obter benefícios para o grupo.

2.1 – Organização de produtores

As diferentes formas de organização dos agricultores funcionam como uma ferramenta para auxiliá-los nas relações com o Estado, indústrias, mercado. Assim, essa estratégia aumenta seu poder de negociação. Apesar de existirem algumas características da sociedade rural que ficam presentes nas organizações de produtores, estes modelos de interação são propostos para introduzir novas culturas. Segundo Berthome e Mercoiret (1999, p. 13), as organizações contribuem para modificar, neste caso, a sociedade rural.

Por meio delas, os agricultores familiares conseguem se fortalecer e assim ter acesso a infra-estruturas coletivas, como tratores e demais equipamentos, insumos e créditos, dentre outros. Com essa organização é possível proporcionar a inserção desses produtores no mercado e assim torná-los mais competitivos e, conseqüentemente, promover a modernização da agricultura. Porém para que tal organização funcione é preciso uma boa gestão, ter uma visão de coletividade, possuir bons líderes, entre outros. Contudo não se deve seguir uma

lógica estritamente empresarial, isso porque não existe a relação cliente-empresa, isto é, o produtor é ao mesmo tempo proprietário e cliente (GASTAL; XAVIER; ZOBY, 2002).

A partir dessa visão é possível afirmar que existe uma necessidade de mudança quanto à postura existente tanto entre os técnicos e instituições como pelos próprios produtores (GASTAL; XAVIER; ZOBY, 2002). E, mais que isso, é preciso agir, e não ficar somente no nível de planejamento (GASTAL; XAVIER; ZOBY, 2002).

Além do mais, elas devem buscar sempre a credibilidade indústrias, mercado, estado. Isso porque tais atores são responsáveis pelo acesso a recursos, como financeiros, fundamentais para o desenvolvimento dos produtores (BERTHOME & MERCOIRET, 1999, p. 14). Outra característica importante é a capacidade de interação com atores do meio externo, dependente de mediadores capazes de estabelecer uma ponte entre os interesses dos produtores e dos agentes externos (BERTHOME & MERCOIRET, 1999, p. 15). Para isso são eleitos representantes de dentro das organizações de produtores.

Apesar de não serem fruto das interações entre a sociedade local e o meio externo, as organizações de produtores são diretamente influenciadas pelos agentes que as compõem. Tanto que, ao analisar uma organização, deve-se levar em conta a sociedade local na qual está inserida, a sociedade global e os efeitos produzidos por ela sobre as mesmas (BERTHOME & MERCOIRET, 1999, p. 16).

Entretanto, como qualquer forma de organização, está presente nos modelos propostos e criados pelos agricultores a relação de poder. Contudo, ela se torna complexa e, as vezes, contraditória quando representa os interesses apenas da minoria e não os de todos, ou pelo menos, o da maioria dos agricultores. Ela se torna contraditória, pois uma associação ou cooperativa de produtores rurais visa a reciprocidade, buscar atingir o objetivo da maioria, etc. E, quando essa organização passa a atender a demanda de uma minoria, ela se torna incoerente com seus objetivos, pois as cooperativas são organizações participativas e voluntárias, e que todo membro tem total e igual direito de participar em todas as decisões.

Segundo os agricultores entrevistados na Coopersil, 41,07% afirmaram que a cooperativa representa totalmente seus interesses. Além disso, 80% dos cooperados disseram que durante as reuniões existe um equilíbrio nas pautas, ou seja, são discutidos temas tanto do interesse do produtor como do interesse da cooperativa. Esses dados mostram que os membros da diretoria da Coopersil exercem um trabalho coerente com os princípios

administrativos de uma cooperativa. Contudo, não se pode afirmar que as diretorias da Coopersil e Central sejam neutras, porém não houve nenhum entrevistado que levantou alguma queixa quanto a esse ponto.

Zylberstajn (2002) afirma que, apesar da existência de princípios norteadores, o oportunismo dos agentes, amplamente estudados na teoria das organizações, não deixa de se aplicar também às cooperativas. Este fato pode levar à ineficiência da organização, tanto pela falta de capacitação do cooperado em relação à gestão organizacional, como por ele tender a se voltar para os interesses individuais em detrimento dos coletivos (ZYLBERSTAJN, 2002, P. 60).

Essa relação de poder não se restringe somente ao atendimento da demanda dos associados. Ela está presente também na gestão da organização, na forma como as informações são repassadas para os produtores, nos membros da diretoria, entre outros. No entanto, cabe salientar que, dentro da relação de poder existe também o aspecto da confiança, que, segundo Bertolin et al. (2008), possui um papel importante no mecanismo de coordenação das relações entre os membros e suas representações.

Uma das formas de se exercer o poder dentro dessas organizações é a detenção da informação, ou seja, os membros diretores detêm mais informações que os associados, cujo poder de controle se apresenta fraco (Bertolin et al, 2008). Essa assimetria de informação abre espaço para ações oportunistas, pois os membros diretores podem usar essa informação em benefício próprio.

Um estudo realizado por Brito et al (2008) mostram um exemplo, de forma clara, dessa relação de poder, e também da busca por atender interesses particulares na Cooperativa Gama. Assim como a maioria das cooperativas, diretoria executiva da Cooperativa Gama, era formada por três membros (diretor presidente, diretor financeiro e diretor administrativo) e mais o conselho administrativo, formado por 3 membros efetivos e 3 suplentes. Os autores mostraram um processo de negociação realizado pela cooperativa referente a um investimento de US\$ 130.000,00 (BRITO et al, 2008). O investimento consistia na compra de um imóvel no centro da cidade, com o objetivo de transformá-lo em um supermercado com mercadorias fornecidas pelos cooperados. Contudo, essa decisão não obteve consenso, pois os diretores presidente e financeiro eram a favor da compra e o diretor administrativo, juntamente com mais dois membros efetivos do conselho eram contra.

Segundo a análise do estudo, esse interesse na aquisição do imóvel tinha origem pessoal, uma vez que o diretor presidente trabalhava nesse segmento. Assim, o diretor presidente estava tentando utilizar o poder conferido a ele pela autoridade de seu cargo na cooperativa para realizar seus interesses pessoais e maximizar os ganhos de sua empresa individual (BRITO et al, 2008). Contrário a essa posição, o diretor administrativo não via vantagens nessa compra, pois para ele a cooperativa deveria investir esse dinheiro na fábrica de ração e em benefícios para os produtores de leite, atividade com a qual a instituição trabalha.

Com a formação desses dois grupos, cada um passou a utilizar diferentes formas de persuasão, para assim no dia da assembleia obter mais votos dos associados. A votação contou com a presença de 133 associados, que representaram 14,7% do total de produtores filiados à cooperativa. Desse total, 72 votaram contra a compra do imóvel e 61 a favor.

Este exemplo não tem como finalidade discutir quem estava certo ou errado, mas sim apresentar um caso que relata a questão do interesse pessoal. Uma cooperativa, como já dito, deve atender aos interesses da maioria, e a gestão dela deve visar a melhoria do produtor nos aspectos econômico e social.

2.2 – Associativismo x Cooperativismo

Apesar de muitas vezes os termos associativismo e cooperativismo serem usados como sinônimos, essas duas palavras apresentam distinções que chegam ao patamar jurídico. Isso porque existem leis que as diferenciam. Segundo a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, uma cooperativa é uma “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar aos associados os seguintes pontos”:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Diferente da cooperativa que atua na atividade produtiva, comercial e econômica, o associativismo representa o modelo de organização social que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e a filantropia. Desta forma, enquanto a associação está voltada para atividades sociais, a cooperativa está voltada para atividades econômicas.

Segundo a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para se constituir uma cooperativa é necessário:

- I. Ter no mínimo 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;
- II. Cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;
- III. Confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

Por não haver uma lei específica que rege as associações, sua institucionalização é mais fácil em relação ao desenvolvimento de uma cooperativa. Uma vez que, para formar uma associação, não é necessário um número mínimo de associados, basta que estes tenham interesses comuns mas, principalmente, que trabalhem em conjunto para atingir objetivos do grupo. Apesar das facilidades de se criar uma associação, ela possui algumas limitações, como, por exemplo, a questão da comercialização. Uma associação, por ser sem fins lucrativos, não pode emitir nota fiscal; conseqüentemente, não pode comercializar nenhum tipo de produto. Por isso, quando uma associação visa alguma comercialização, é necessário que esta se transforme ou intitule uma cooperativa. Contudo, para isso é necessário atender a todas as normatizações da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Independente de ser uma associação ou uma cooperativa, estas podem ser formadas a partir de vários objetivos, e um dele é quando agentes do setor financeiro se juntam para formar uma cooperativa de crédito rural para atender os agricultores familiares. Nesse caso, a cooperativa assume o papel de fornecer o acesso ao crédito rural a produtores familiares, que muitas vezes têm dificuldades de obter financiamentos. Essas cooperativas têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social rural de pequenos produtores.

Seguindo esse pensamento, Freitas & Freitas (2013) analisaram a Cooperativa Ecosol Zona da Mata e Leste de Minas, situada no município de Espera Feliz, Minas Gerais. O objetivo do trabalho era compreender como a criação de um arranjo organizacional cooperativo pode contribuir para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar. A cooperativa de crédito passou a exercer uma relação com os produtores no sentido de

promover ações conjuntas (cooperativa e cooperado) visando o desenvolvimento local (FREITAS & FREITAS, 2013). E essas relações passam a acontecer na medida em que vão se consolidando as ações que potencializam a mobilização de recursos e pessoas com finalidade de transformar a realidade social e econômica da agricultura familiar.

Outro exemplo de formação de cooperativa foi o caso de Mara Rosa, um município localizado no norte do estado de Goiás. Segundo Domiciano & Caume (2008), o negócio do açafrão no município evoluiu de um estágio onde a compra do produto era feita por intermediários e a renda originária era tida como extra, até o momento presente, no qual passou a ganhar importância dentro da propriedade a formação de uma cooperativa. O cultivo de açafrão, nas décadas de 1980 e 1990, era visto como uma “praga” que prejudicava a pastagem do gado. Porém, alguns produtores comercializavam esse produto como forma de obtenção de uma renda extra.

Com a substituição dos corantes artificiais pelos naturais, a procura pelo açafrão aumentou, e isso levou os pequenos produtores de Mara Rosa a comercializarem seu produto por meio de intermediários. Essa comercialização levou a uma relação de dominação, onde os intermediários ofereciam preços abaixo do mercado para os produtores em troca de financiamento da produção.

A estratégia pensada para enfrentar essa relação de dominação e também outras dificuldades, como a do financiamento, foi a organização dos produtores (DOMICIANO & CAUME, 2008, p. 174). Essa organização não apenas iria potencializar o processo de geração e apropriação de renda, mas também iria representar os interesses desses produtores nos aspectos econômicos, sociais e políticos (DOMICIANO & CAUME, 2008, p. 174).

Em 2003 foi fundada a Cooperaçafrão. Esta, juntamente com a parceria de outras instituições como Universidade Federal de Goiás, Agência Rural, Secretária de Agricultura do Estado e o Sebrae, conseguiu negociar com empresas alimentícias preços de venda melhores para os produtores. Além de proporcionar melhorias no aspecto econômico, a Cooperaçafrão proporcionou também a capacitação dos produtores, por meio de cursos técnicos, visitas a empresas e feiras de produtos alimentícios. Apesar de ser uma cooperativa pequena, esta contribuiu para a edificação do capital social entre os associados (DOMICIANO & CAUME, 2008, p. 174).

Estes exemplos mostram a importância do trabalho organizado para a agricultura familiar. As associações e também as cooperativas, quando bem administradas, conseguem promover o crescimento e tornar o produtor familiar mais competitivo no mercado. A partir dessa discussão sobre o conceito de agricultura familiar, seguida da conceituação de formas de organização, associativismo e cooperativismo, será apresentado em seguida o Projeto Silvânia, juntamente com a teoria de Pierre Bourdieu sobre o capital social.

3 – A construção do Campo Social

Não é uma tarefa fácil aplicar o conceito de campo social a partir da teoria de Pierre Bourdieu, e muito menos torná-lo fácil de identificação. Isso porque os grupos que fazem parte do campo procuram esconder as hierarquias de poder em relação à sua posição social dentro desse campo (BOURDIEU, 1990). Apesar dessa dificuldade, os mecanismos de organização dos agricultores familiares de Silvânia, mais especificamente a Coopersil, juntamente com a Central de Produtores, podem ser analisadas a partir dos estudos sobre campo e espaço social. Por meio dessas duas instituições é possível identificar a presença de poder nas relações entre os membros gestores da Coopersil e da Central em relação aos produtores, e mesmo entre as associações.

Para a construção da ideia de campo é preciso passar pelo conceito de espaço social. Este permite fazer uma análise da dimensão das posições sociais existentes dentro das relações. Assim, o termo “espaço social” permite criar uma ruptura com as representações sociais tradicionais, ou seja, aquelas fundadas na perspectiva piramidal (BONNEWITZ, 2003, p. 52). Desta forma, as relações sociais passam a ser vistas a partir das suas condições materiais existentes (BONNEWITZ, 2003, p.52). Segundo Pierre Bourdieu (2010, p. 135)

o espaço social pode ser descrito como um espaço multidimensional de posições tal que toda posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores de diferentes variáveis pertinentes. Assim, os agentes se distribuem nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem, e na segunda, segundo a composição do seu capital – isto é, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas possessões.

Desta forma, Bourdieu afirma a existência não só do capital econômico, mas também de outras formas de capitais, como o cultural, social e o simbólico. Para o autor, o capital

econômico se refere aos bens econômicos do indivíduo, como renda, patrimônio, etc. Já o capital cultural é o conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelas instituições de ensino. O capital social é o conjunto das relações sociais que o indivíduo está inserido. E o capital simbólico está ligado às questões de honra e reconhecimento.

A Coopersil e também a Central de Produtores apresentam toda essa relação de capitais. O capital social e também simbólico contribuíram para que os presidentes da Coopersil assumissem esse cargo. Durante a entrevista, todos afirmaram que o cargo de presidência foi motivado por colegas produtores que reconheceram os trabalhos desenvolvidos nas associações de origem. Assim, com o crescimento dessas formas de capitais, esses indivíduos foram se tornando mais populares dentro da Central e da Coopersil, aumentando, dessa forma, o número de produtores que passaram a ver com “bons olhos” seus trabalhos.

O capital social também é manifestado nos cargos assumidos pelos presidentes. Isto é, todos os presidentes da Coopersil já foram, pelo menos uma vez, presidente na associação de produtores da região em que se localiza sua propriedade. Esse cargo é fundamental para sua ascensão dentro da cooperativa, pois, se realizado um bom trabalho de gestão, essa associação acaba ganhando destaque, e, conseqüentemente, a figura do presidente também.

A Coopersil, como pessoa jurídica, possui capital social, e este acaba influenciando na formação da opinião dos cidadãos silvanienses. Esse capital acaba refletindo sob a figura do presidente, e desta forma, ao fim do mandato, esse poder influencia na carreira profissional seguinte desse indivíduo. Dois desses ex-presidentes se tornaram vereadores municipais. Outro ex-presidente é hoje o radialista da cidade, sendo essa profissão grande formadora de opinião, isso porque além dos programas musicais no rádio também possui debates de temas do interesse do público e matérias jornalísticas municipais e estaduais.

Outro aspecto observado é o capital cultural. Desde a fundação até hoje, os presidentes da Coopersil apresentam escolaridade a partir do ensino médio completo, sendo apenas um com este nível de escolaridade. O restante possui nível superior completo ou nível técnico completo. Por meio dessa informação é possível identificar a presença do capital cultural, e também o uso desse capital para se colocar em um nível hierárquico mais alto do que aqueles com pouco capital cultural. A partir do crescimento do conjunto de capitais formados pelos presidentes da Coopersil, leva-se a construção do campo, da rede.

Segundo Pierre Bourdieu (1992) o campo pode ser visto como uma rede, onde a posição de cada indivíduo é estruturada a partir de suas relações sociais. Assim, Bourdieu define o campo como

uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, e ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc). (BOURDIEU, 1992, p.72)

Ao dizer que um campo é um espaço social estruturado, deve-se levar em consideração que as posições de cada indivíduo não são equivalentes e muito menos harmônicas. Dessa maneira pode se dizer que são relações assimétricas e que essa assimetria é dada a partir dos vários tipos de capital. Como dito antes, o campo é um espaço multidimensional de posições, e estas são definidas a partir da situação atual e potencial do indivíduo na estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital ou poder. E o que gera os conflitos entre os indivíduos existentes em um campo é a busca pela acumulação das diversas formas de capital, pois estes permitem a dominação do campo (BONNEWITZ, 2003, p.60). Assim, o capital passa a ser o meio e o fim desses conflitos, e o campo um espaço de forças opostas (BONNEWITZ, 2003, p.61).

A Coopersil junto com a Central de Produtores pode ser analisada por essa perspectiva, ou seja, como sendo um campo. Como citado acima, os motivos apresentados pelos ex-presidentes e também pelo atual a assumirem esse cargo estão justificados pelas relações de capitais. Esses indivíduos ocupam posições hierárquicas mais elevadas dentro da rede. Consequentemente, é possível afirmar que existe uma relação de disputa, na qual existem os indivíduos que são dominantes e os que são dominados.

Apesar de o campo ser um espaço social formado por indivíduos que possuem interesses semelhantes, e que de certa forma passa a existir uma relação de disputa, em que existem os dominantes e os dominados, essa disputa não é explícita. Segundo Bourdieu (1983, p. 91), todas as pessoas que pertencem a um campo possuem interesses fundamentais em comum. Com isso, todos os aspectos de disputa, ou como compara Bourdieu (1992, p. 73), o jogo passa a ser aceito, e o simples fato de participarem da “luta” (1983, p. 91) consolida a ideia de disputa. Além disso, cada indivíduo possui diferentes meios de recursos para permanecer no campo.

Além dos embates presentes no campo, outras características destes espaços é que eles não possuem uma fronteira delimitada e também não são autônomos, isto é, existe uma ligação entre os campos (BONNEWITZ, 2003, p.62). Apesar de cada um possuir a sua própria lógica e também independência, existe uma “interpenetração dos campos” (BONNEWITZ, 2003, p.63). Importante ressaltar que apesar de existir uma relação entre diferentes campos, há uma tendência a impedir a ação de terceiros, ou seja, a interferência de um agente cujo objetivo é modificar as formas de relações entre os indivíduos do campo, ou melhor dizendo, as regras do jogo.

Capítulo 02 – O projeto Silvânia e o município

1 – Município de Silvânia

O município de Silvânia, localizado na região sul do estado, possui uma área territorial de 2.264,769 km². Este município faz parte da região “Estrada de ferro”, e está a 84 km de distância de Goiânia. Segundo dados do Instituto Mauro Borges, o município possui uma população de 19.089 habitantes, sendo 12.669 residentes em área urbana e 6.420 em área rural (IMB/SEGPLAN, 2013). A tabela 1 apresenta a população rural dividida por sexo:

Tabela 1 – População rural de Silvânia

População que reside no campo		
Homens	3.586	55,86%
Mulheres	2.834	44,14%
Total	6.420	100%

Fonte: Segplan, 2010.

Fundada em 1774 com o nome de Arraial do Bonfim, o município de Silvânia teve como primeira atividade econômica a mineração. Atualmente, a economia do município está voltada para a agropecuária, destacando-se a produção de leite, cultura de cana-de-açúcar, feijão, laranja, mandioca, milho, soja, tomate e algodão.

Devido à sua localização, Silvânia apresenta características típicas do Cerrado quanto ao solo, vegetação, clima, água, entre outros. Possui um clima tipo tropical úmido, com precipitação média anual de 1.370mm. A umidade relativa do ar varia de 70%, no período chuvoso, a 40% na época de seca. Quanto ao relevo, o município apresenta regiões planas, onduladas e algumas com elevações. O solo possui baixa fertilidade, em função da alta acidez, principal característica do Cerrado. Apresenta também elevado teor de alumínio.

O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,709 (PNUD, 2010) e o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 252.537,918 (IBGE, 2008). Além disso, possui um histórico em relação às formas de organização de produtores rurais. Atualmente possui como principais instituições promotoras da cultura associativista a Cooperativa Rural

de Produtores de Silvânia (Coopersil), a Central de Associação de Produtores Familiares de Silvânia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

2 – Projeto Silvânia

O Projeto Silvânia teve origem em um trabalho voltado para o desenvolvimento de municípios, a partir de atividades de extensão, promovido pelas Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) já extinta. O projeto intitulado “Projeto de ação integrada da pesquisa/extensão rural nos Cerrados brasileiros” foi transformado no projeto “Convivência com o Cerrado”. Este projeto foi implementado em 1986, no Centro-Oeste, em parceria com a Embrapa Cerrados e as EMATERs do estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SOUZA, 2002). Foram escolhidas três zonas, uma em cada estado, sendo cada zona formada por cinco municípios. Os municípios escolhidos para Goiás foram: Abadiânia, Alexânia, Leopoldo de Bulhões, Silvânia e Vianópolis. Segundo Sperry et al. (1997), esse projeto focava na propriedade agropecuária num todo, ou seja, as atividades dos técnicos englobavam o aprimoramento de tecnologias de produção, gestão da propriedade, o associativismo e o crédito rural.

O “Projeto Silvânia” teve origem desse trabalho. O município foi escolhido a partir da análise dos dados fornecidos pelo IBGE, por possuir representatividade em termos de Cerrado, estar em uma boa localização e ser de fácil acesso, ter uma atividade econômica diversificada, possuir propriedades rurais de diferentes níveis, possuir um escritório da EMATER – GO já estruturado, além de ter feito parte do projeto “Convivência com os Cerrados” (SOUZA, 2002).

As primeiras formas de organização social ocorridas entre os produtores do município de Silvânia eram conhecidas como comunidades. Essas comunidades eram formadas por jovens, que realizavam atividades religiosas e também de lazer, por mulheres, que recebiam orientações nos cuidados com a saúde, alimentação, higiene pessoal e ambiental, e por homens, no qual a orientação era voltada para as questões econômicas (SOUZA, 2002). Esses grupos contavam com o apoio da Igreja Católica, pois tal instituição era responsável por promover encontros entre parentes e vizinhos para rezar, e em paralelo ocorriam discussões

sobre problemas e dificuldades, dentre outros. Além da igreja, a EMATER – GO também participava desse trabalho, a partir de orientações, acompanhamento e desenvolvimento de atividades prestadas aos produtores rurais do município (SOUZA, 2002).

A duração inicial prevista para o “Projeto Silvânia” era de quatro anos (1987 – 1990), contudo, este se estendeu até o ano de 1999. Fizeram parte desse projeto as instituições: EMATER GO, Embrapa Cerrados, EMGOPA e *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour Le Développement* (Cirad). Este trabalho tinha o objetivo de fortalecer os grupos e orientá-los com informações técnicas produzidas por esses centros de pesquisa e extensão rural. Assim, o interesse dessas instituições de implementar esse projeto uniu-se à vontade das comunidade de se modernizar e de ter acesso a créditos bancários, entre outros. No período de implementação do projeto, mais da metade da população era formado por pequenos ou médios produtores. Sua principal atividade agropecuária era a leiteira. E praticamente toda a mão de obra era familiar.

Além dessas instituições, que eram as responsáveis pelo projeto, surgiram outras complementares, e que foram importantes para dar continuidade ao trabalho. A prefeitura do município de Silvânia participou do projeto por meio das secretarias de Educação, da Saúde e da Agricultura. Teve também a participação do Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF), que tinha a missão de “viabilizar a apropriação crítica de recursos tecnológicos e informações estratégicas para o desenvolvimento rural, a melhoria da qualidade de vida, trabalho e produção de agricultores familiares” (SOUZA, 2002).

Outro ponto que incentivou esse projeto, e principalmente a promoção do associativismo, foi um projeto político desenvolvido antes mesmo dessas comunidades religiosas. Esse projeto político criou o Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações – CAMPPO. Este centro representava os associados e também a Central de Produtores de cada município, e seu objetivo era promover melhoria de condições para produzir, comercializar, e também funcionar como um elo entre os produtores e agentes externos (SOUZA, 2002).

O CAMPPO visava o associativismo entre os produtores familiares, pois assim estes teriam condição de ter acesso ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. Este fundo era destinado ao setor primário, e tinha o objetivo de financiar culturas de longas durações, aquisição de animais e máquinas, e também benfeitorias e reformas (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1997). Desta forma, o projeto “Convivência com os

Cerrados” reforçou a aproximação entre os membros das comunidades. E o “Projeto Silvânia” contribuiu para o apoio das associações, elaboração de projetos para financiamento, organizações de reuniões e orientações técnicas (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1997).

“A organização da força de trabalho da agricultura familiar é condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento” (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1997, p. 20). A partir dessa citação, e também pelas afirmações obtidas pelas entrevistas, pode-se dizer que a implementação do projeto trouxe benefícios tanto econômicos como sociais para os produtores do município. Para João José Diogo, ex-presidente:

a cultura de Silvânia hoje é outra... Era uma Silvânia um tempo atrás com pessoas mais isoladas, e da Central e cooperativa pra cá é outra mentalidade. Outro desenvolvimento para o município. Pessoas mais abertas, os produtores mais sábios, porque chegaram investimentos em suas propriedades como energia elétrica, meios de comunicação, etc. O município ganhou muito, os produtores ganharam muito com essas organizações.

Segundo Nilton Carlos, ex-presidente da Coopersil, se Silvânia não tivesse passado por essa intervenção, hoje o município “estaria bem mais atrasado”. Da mesma forma afirma o presidente da Associação do Projeto João de Deus - INCRA, ao dizer que “estaria bem ruim”, e da Associação do Quilombo que diz “tava difícil. Mais difícil. Porque tem uma dificuldade tem, mas se não tivesse essas coisa era pior”. Outro ponto levantado foi o do atual presidente que afirma que “o êxodo rural seria maior...e se não existisse o projeto e essas organizações constituídas eu acredito que hoje a maioria tinha vendido a sua propriedade e vindo para a cidade”.

Apesar de existir um crédito considerável em relação aos trabalhos realizados pelo projeto, não se pode afirmar se, de fato, o município estaria atrasado se comparado à atualidade. Segundo o presidente da Associação do Vareado, é difícil dimensionar qual seria a realidade da região: “não sei dizer se não tivesse esse projeto se o município estaria lá atrás ou se estaria no mesmo lugar. Porque a cultura do povo que faz o crescimento”. Seguindo a mesma linha de pensamento, o atual presidente afirma que:

Não foi só o projeto que trouxe. Mas às vezes eles foram os que iniciaram primeiro a vinda, a introdução de novas tecnologias, novas sementes, maneira diferente de tratar o solo, visão de correção de solo, conservação do solo. Então isso, praticamente quem iniciou foi o projeto. Porque depois que apareceu outro pessoal que vieram para cá e continuou nesse mesmo procedimento.

Porém, vários fatores contribuíram para levar a esse desenvolvimento. Com o maior acesso a informações e também com as capacitações que os produtores passaram a ter, eles começaram a sentir necessidade de melhorar suas propriedades. Por meio desse pensamento, visualizaram na união a alternativa para alcançar seu crescimento, ter acesso a créditos financeiros, se modernizar e se inserir no mercado.

Apesar da inserção desses técnicos ter acontecido de forma lenta e gradual, nem todos os produtores os receberam bem. Foi um processo lento em que esses técnicos foram ganhando confiança dos produtores. João José Diogo, ex-presidente sócio-fundador da Coopersil (1999-2002), afirmou que “quando você levava direto a esses pequenos produtores, que tinham menos conhecimento e menos contato com essas empresas que prestavam assistência técnica, era um susto. Era diferente”. Da mesma forma foi o relato da presidente da Associação Feminina da Boa Vista dos Macacos, ao afirmar que “nem todos receberam de boa vontade. Muitos ficaram com o pé atrás. Demorou para integrar todo mundo”. Portanto, a introdução do projeto, juntamente com a implementação da cultura do associativismo, de novas técnicas de trabalhos não foram aceitas de imediato. Foi necessário um período de adaptação.

O projeto partia do pré-suposto que uma das formas para promover o desenvolvimento rural era a partir do conhecimento técnico, econômico e social da realidade que o produtor estava inserido (SOUZA, 2002). Para isso foi necessário compreender a realidade com que esses produtores viviam, a partir do levantamento dos problemas econômicos, sociais e técnicos enfrentados por estes. Assim, o projeto passou a trabalhar com grupos de produtores e não de forma individual. Segundo Gastal et al (1993), o trabalho em grupo proporciona maior eficiência em termos de abrangência do trabalho de assistência técnica, podendo assim aumentar o número de produtores assistidos.

Todas as ações desenvolvidas pelos técnicos governamentais estabelecidas entre os produtores fizeram com que crescesse o movimento de associativismo dentro do município. E suas atividades iam desde a implementação de técnicas e tecnologias agropecuárias até a gestão da propriedade, implantação da cultura do associativismo e o acesso ao crédito rural. A ideia da associação é ser uma forma de fortalecer as reivindicações dos produtores para assim melhorar suas condições de vida. Com a associação, os agricultores criaram um novo campo social e um sistema específico de relações com posições diferenciadas, socialmente definidas e independentes (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1997, p. 30).

A vontade de se desenvolver fez com que surgissem as primeiras associações no município, e em 1990 já existiam 27 ao todo no Estado, sendo quatro dentro de Silvânia. A primeira associação criada no município foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região João de Deus, em 1988. Essa associação tem uma particularidade, pois é formada por produtores assentados do INCRA. Em 1989, surgiram mais três: Associação dos pequenos produtores de Limeira, Associação dos Pequenos Produtores da Região do Vareado e a Associação dos Pequenos Produtores do Quilombo.

Com o avanço do projeto e o crescimento que os produtores vivenciaram, a existência somente de uma Central de Produtores não era mais suficiente. As demandas e necessidades que os produtores passaram a sentir, ao longo do tempo, ia além de simplesmente mantê-los unidos, buscar financiamentos e realizar cursos de capacitação. Os produtores sentiam a necessidade de comercializar seus produtos, principalmente o leite. Contudo, a Central é uma entidade sem fins lucrativos e não pode atuar na parte de comercialização. Assim, em 22 de maio de 1999 foi fundada a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Silvânia.

As duas entidades existem até hoje, e trabalham de maneira integrada. Porém, a Coopersil tem mais força e presença do que a Central. Atualmente, a Central conta com apenas 7 associações atuantes. As demais foram se desfazendo, apesar de ainda estarem formalizadas no papel.

O crescimento do número de associações no município possibilitou o acesso ao crédito e, como consequência, o endividamento dos produtores. Apesar do principal crédito bancário, o FCO, fornecer certa estabilidade, com taxas de juros inferiores em relação ao mercado, em 1994 surgiu, em âmbito nacional, o Plano Real como a nova política monetária. Com a entrada do Plano Real e a queda da inflação, foi preciso que as associações tivessem uma administração mais rigorosa para obter uma rentabilidade mais segura de seus trabalhos e, assim, conseguir pagar suas dívidas. O endividamento fez com que muitos produtores saíssem das associações, diminuíssem suas produções e, em alguns casos, vendessem suas terras e comesçassem a atuar em outro setor.

2.1 – Central de Produtores

Com o crescimento do número de associações no município, foi necessária a criação de uma Central de associações, a qual objetivava aumentar a representatividade e competitividade dos associados. Assim, no dia 17 de junho de 1992 foi fundada a Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Silvânia. Seu objetivo era “estudar, coordenar, defender e proteger os interesses dos pequenos produtores em regime de liberdade, democracia, cooperação e ajuda mútua” (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1997, p. 20). Segundo João José Diogo Batista, “a Central era uma entidade maior, que iria coordenar as associações”.

O movimento do associativismo entre os produtores e o “Projeto Silvânia” cresceram juntos. As quatro primeiras associações, formadas no final da década de 1980, serviram de espelho para a criação de outras. Na década de 1990 surgiram mais 15 associações, que agrupavam aproximadamente 600 associados. A Central chegou a ter mais 30 associações.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) proporcionou o financiamento desses produtores associados. Foram adquiridos inúmeros materiais para proporcionar o crescimento dessas famílias. Contudo, a FCO também financiou a construção da sede da Central.

Com uma sede própria, a Central passou a realizar reuniões periódicas com todos os associados, onde eram discutidas as necessidades de cada associação e assim ações para beneficiá-los. Segundo Luciano Abreu, ex-presidente, “algumas ações podiam ser em conjunto, como, por exemplo a compra em conjunto para todas as associações, pleitear financiamento para todas as associações, buscar uma sede para reunir, discutir os problemas nas associações”. De acordo com o estatuto, uma Central de Associações de Produtores tem como objetivos:

congregar e representar as associações, defendendo direitos e deveres dos sócios; estimular atividades de produção, comercialização, transporte, armazenagem, beneficiamento, industrialização; produção de sementes e mudas; inseminação artificial e mecanização; firmar convênios com entidades públicas e privadas; promover a educação associativista e conhecimento profissional dos sócios; promover o planejamento conjunto das atividades de produção agropecuária dos associados; promover o desenvolvimento profissional, agroindustrial e tecnológico dos associados; custear atividades; promover campanha, congressos e cursos; promover compras e vendas conjuntas (SPERRY, MERCOIRET & FERRARIS, 1997, p. 38)

Entre as 32 associações que a Central chegou a ter, hoje apenas 7 existem efetivamente, e entre elas as quatro associações fundadoras do movimento associativista. As demais associações existem somente por meio de documentos.

Com a saída do Estado, muitos produtores deixaram suas associações. Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Quilombo “os companheiros parecem que quando tem benefício eles estão todos juntos, mas quando o benefício falha um pouquinho, afasta por um motivo e outro, todos eles somem”. Outro relato que mostra essa situação é o do presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Limeira, que afirma que “o produtor ele anda atrás do dinheiro e se não tiver uma motivação para arrecadar isso ele acaba saindo. Ele não aguenta ficar não”. Os relatos comprovam um dos motivos que levaram à queda do número de associações e também de associados. Quando o projeto acabou, alguns produtores saíram do movimento associativista, e isso levou ao enfraquecimento das associações. Com um número pequeno de associados, essas entidades passaram a ter dificuldades em conseguir créditos rurais. Ter o acesso ao financiamento foi um fator importante para conseguir organizar os produtores, e deixar de tê-lo, ou mesmo ter alguém que orientasse para consegui-lo foi um dos motivos, se não o principal, que levou ao desagrupamento.

O endividamento também levou alguns produtores a se afastarem das associações. Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Limeira, “hoje alguns largaram, outros faleceram. Antes nós éramos 20 associados e hoje somos 10. Porque faleceu um pouco e um pouco ou largou ou mudou de atividade”. Para conseguir quitar suas dívidas, alguns produtores venderam suas propriedades e foram atuar em outros setores econômicos.

Outro ponto que atrapalhou a permanência das associações foi a visão que alguns produtores passaram a ter em relação à Coopersil. De acordo com Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Limeira, “depois que criou a cooperativa parece que o povo acha que a cooperativa supriu tudo que eles precisavam e largaram”. O trabalho da cooperativa deveria ser visto como complementar ao da Central. Porém, não é o que acontece.

O enfraquecimento que a Central passou a vivenciar desde a fundação da Coopersil até os dias atuais a cooperativa assumiu suas atividades. Desta forma, a cooperativa além da sua atividade principal que é a comercialização de seus associados, realiza também cursos de capacitação, oferece assistência técnica agropecuária e veterinária, promove reuniões com as associações com o objetivo de auxiliá-las e também busca o acesso a créditos rurais.

2.2 – Coopersil

No ano de 1999 foi criada a Cooperativa dos Pequenos Produtores do Município de Silvânia - Coopersil. A cooperativa, segundo João José Diogo Batista, “foi a melhor opção, porque ela se enquadra no perfil associativista, pois representa o produtor, mas também permite a comercialização dos produtos dos associados”. Segundo Luciano Silva Abreu, ex-presidente da Coopersil, a cooperativa foi criada devido às penalizações que os produtores sofriam em relação ao preço do leite. Durante a entrevista, Luciano afirmou também que a função da cooperativa é “ser um braço comercial do produtor”.

Atualmente, a cooperativa trabalha com produtores que fornecem leite para laticínios, hortaliças convencionais e orgânicas e algumas variedades de hortaliças. No mesmo ano em que a cooperativa surgiu, além do leite, alguns produtores começaram a trabalhar com a cultura do maracujá, como uma renda a mais para o produtor. Devido a dificuldades com o manejo da cultura, aos poucos os produtores foram se desinteressando, e hoje a cooperativa não comercializa mais esse produto. Outra comercialização, já extinta foi a do frango. O município sempre teve essa comercialização, mas ela acontecia em pequena escala. No ano de 2001, a cooperativa incentivou seus associados a criarem frangos da espécie *Label rouge*. Com o aumento da produção, surgiu a necessidade da criação de um abatedouro. Este chegou a ser construído, mas devido a questões jurídicas nunca funcionou. E hoje, também, a cooperativa não comercializa mais esse produto.

Atualmente, a Coopersil se encontra na 10^a posição do *ranking* de cooperativas goianas do ramo agropecuário que mais oferece serviço de assistência técnica (OCB/SESCOOP-GO, 2012). Esta oferece a seus filiados assistência técnica nas áreas veterinária e agrônômica. Essas atividades são muito procuradas pelos produtores, pois além das orientações fornecidas pelos técnicos especializados, os associados não precisam pagar por assistências nas propriedades. Devido a alta demanda por esse serviço, cada associado tem direito a uma visita mensal de cada um desses técnicos.

Além da assistência técnica e da comercialização, a Coopersil oferece cursos de capacitação a seus cooperados, em áreas como: manejo, prevenção de doenças em animais, gestão da propriedade, entre outros. São realizadas também reuniões e assembleias com as associações ligadas à Central e também com os produtores somente cooperados. Esses encontros têm várias finalidades, sendo as principais o conhecimento das demandas de cada associação e dos cooperados, prestação de contas da cooperativa, eleição da mesa diretora da cooperativa, entre outros.

A cooperativa gera também, em aspectos econômicos, benefícios para o município. No ano de 2012 sua receita foi de R\$ 2.099.795,11, e nos anos anteriores até 2006 está receita não foi menor do que R\$ 1.500.000,00 (OCB/SESCOOP-GO, 2012).

Segundo o Censo do Cooperativismo Goiano 2012, realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Goiás – SESCOOP/GO, a Coopersil está colocada na 37ª posição entre as maiores cooperativas de Goiás, num total de 219, sendo elas nas áreas: habitacional, educacional, crédito, consumo, agropecuário, transporte, trabalho, saúde e produção (OCB/SESCOOP-GO, 2012). De acordo com a tabela 2, em 2012 a Coopersil possuía 496 cooperados, sendo 452 do gênero masculino e 44 do gênero feminino. Se comparado a censos anteriores, houve um crescimento de associados. No ano de 2011 eram 427 (OCB/SESCOOP-GO), em 2010 e 2009 eram 389 (OCB/SESCOOP-GO), em 2008 eram 422 (OCB/SESCOOP-GO) e em 2007 e 2006 eram 423 cooperados (OCB/SESCOOP-GO).

Tabela 2 – Número de produtores filiados a Coopersil separados por gênero

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Homens	423	423	384	389	389	392	452
Mulheres	24	22	38	38	37	35	44
Total	447	445	422	427	426	427	496

Fonte: OCB/SESCOOP-GO

O recebimento de leite pela cooperativa no ano de 2012 foi de 18.000.000 litros, equivalente a 2,88% do total de 624.967.795 litros para todo o estado de Goiás (OCB/SESCOOP-GO, 2012). Num ranking entre as cooperativas agropecuárias que recebem leite, a Coopersil, no ano de 2012, ficou na 9ª posição, sendo a primeira colocada a Cooperativa dos produtores de leite de Goiás Ltda – CoopGoiás, tendo uma produção de 119.241.263 litros (OCB/SESCOOP-GO, 2012).

Para a realização da primeira parte desse trabalho foi aplicado um questionário entre os produtores de leite associados à Coopersil que residem no município de Silvânia. O questionário era composto por 32 perguntas abertas e fechadas, e foi aplicado com 58 produtores, de um total de 299. O cálculo amostral foi feito por cota, e esta foi estratificada de tal forma que os produtores fossem divididos em 5 categorias: abaixo de 999 litros de leite, 1.000 à 1.999 l, 2.000 à 4.999 l, 5.000 à 9.999 l e acima de 10.000 l.

Segundo os dados obtidos por meio dos questionários aplicados, pode-se afirmar que a maioria dos cooperados possui uma propriedade com até 60 hectares, como mostra a figura 1.

Isso comprova, a partir do tamanho, a classificação dos produtores cooperados como “agricultor familiar” (até quatro módulos fiscais), segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Isso porque para o INCRA, um módulo fiscal em Silvânia equivale a 30 hectares.

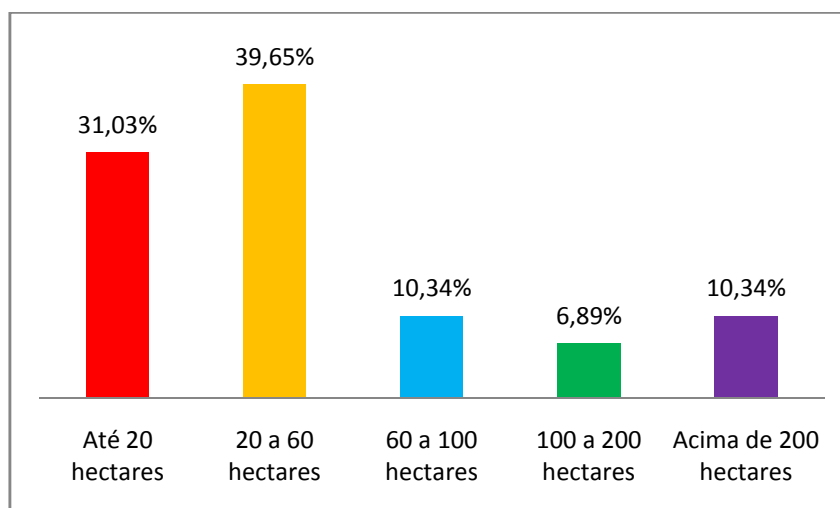


Figura 1 – Porcentagem dos cooperados em relação ao tamanho da propriedade

Além do tamanho, outro dado que caracteriza o produtor cooperado como agricultor familiar é a forma de trabalho e sua relação com a terra. Como mostra a tabela 3, 73,68% afirmaram que utilizam a mão de obra familiar para trabalhar na propriedade, e apenas 24,13% tem um funcionário permanente.

Tabela 3 – Uso da mão de obra familiar nas propriedades

Produtores que utilizam a mão de obra familiar			
	Sempre	Às vezes	Não
Total	42	14	1
Porcentagem	73,68%	24,56%	1,75%

Outra característica que se observou entre os produtores familiares de Silvânia foi a sua relação com a terra. Segundo a tabela 4, 93,10% dos entrevistados possuem terreno próprio, e desse total, 38,88% o terreno foi adquirido por herança. Destarte, pode-se afirmar que a maioria dos produtores cooperados de Silvânia são agricultores familiares, mas não simplesmente pelo fato do trabalho familiar ou pelo tamanho da terra. A partir dos estudos sobre agricultura familiar apresentados anteriormente, existe uma relação desse produtor com a terra, e esse envolvimento vai além das relações econômicas. Essa relação envolve também questões sociais, culturais e até mesmo psicológicas.

Tabela 4 – Forma de aquisição das terras entre os cooperados em Silvânia, GO

	Herança	Terreno adquirido	Herança e terreno adquirido	Total
Próprio	21	31	2	54
Arrendado	-	-	-	4
Total	21	31	2	58

O produtor cooperado apresenta elementos associados à moderna produção em suas propriedades. Segundo a tabela 05, do total de entrevistados, 36,20% possuem tanque de resfriamento e a ordenha é feita de forma mecânica, 27,58% não possuem tanque e a ordenha é manual, 27,58% possuem tanque e a ordenha é manual e 8,62% não possuem tanque e a ordenha é mecânica. Entre os entrevistados que afirmaram não possuir tanque, estes disseram utilizar tanque comunitário. Este fato comprova a preocupação do produtor na melhoria na qualidade do leite, pois este estará mais bem conservado, diminuindo a perda desse produto.

Tabela 05 – Processos de modernização: tanque de resfriamento e ordenha

	Possui tanque de resfriamento	Não possui tanque de resfriamento
Ordenha mecânica	36,20%	8,62%
Ordenha manual	27,58%	27,58%

A Coopersil foi criada com o objetivo de comercializar os produtos gerados pelas associações de produtores da Central. Contudo, com o fim do “Projeto Silvânia”, que ocorreu no primeiro ano de funcionamento da cooperativa, esta passou a trabalhar para dois públicos: os cooperados que são associados à Central de Associações e os cooperados que não pertencem a nenhuma associação, ou seja, são filiados somente à cooperativa. Apesar dessa distinção, a pesquisa não foi capaz de identificar formas diferenciais de tratamento da Coopersil em relação a esses dois públicos, isto é, se a cooperativa prioriza algum desses públicos.

Com o fim do projeto, muitos associados se desvincularam de suas associações, o que levou a queda do número destas. Com o enfraquecimento da Central e o avanço da Coopersil, foi observada uma mudança de papel. As atividades que antes eram realizadas pela Central passaram a ser feitas pela Coopersil. Isso contribuiu para aumentar ainda mais o

enfraquecimento da Central. A Central de Produtores ainda existe, contudo as atividades que antes eram de sua responsabilidade passaram a ser feitas pela cooperativa, como, por exemplo, as reuniões com os associados, benefícios, busca por financiamentos, entre outros.

Capítulo 03 – Fim do projeto e as formas de organização

1 – O projeto e o município de Silvânia

Conforme já relatado por Berthome e Mercoiret (1999), a cultura de organização de produtores contribui para a modificação da sociedade rural. E o município de Silvânia passou por essa transformação. O município sempre teve como principal atividade econômica a agropecuária. Contudo, antes da intervenção que sofreu por meio do Projeto Silvânia, ou seja, até o final da década de 1980, esta atividade e o próprio município num todo possuíam características diferentes das que possuem hoje. Segundo o senhor Luciano Silva Abreu, ex-presidente da Coopersil (2004 – 2008), a “agropecuária caminhava com dificuldades, com poucas informações, com menor tecnologia, os produtores desagrupados. Com dificuldades”. Outra fala que retrata bem o município antes do projeto é a do senhor Jovani Batista da Silva, atual presidente, em que afirma:

A agropecuária era muito pobre. Não tinha nada na época. Vivia de umas rocinhas pequenas, às vezes naquelas áreas melhores nas propriedades. A produção de leite muito baixa. Dois, três litros de leite por animal. Praticamente na época da seca não produzia leite. Preço muito baixo. Às vezes você precisava fazer uma cota no período da seca para você vender o leite no período das águas. Foi um momento muito difícil do produtor. Não tinha como capitalizar para sair daquela situação. Foi uma época muito difícil

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Varedo, a agropecuária no município era precária; realizava “as mesmas atividades: tirava leite, plantava milho, fazia silo. Mas era com pouca experiência, pois o gado era ruim de leite, dava pouco leite”. Esses relatos mostram que a agropecuária do município de Silvânia até o final da década de 1980 era voltada para a subsistência, não tinha grandes produções, os agricultores trabalhavam isolados, além de possuírem técnicas mais rudimentares. Praticamente não se tinha assistência técnica, destinadas somente aos maiores. Os agricultores familiares utilizavam as técnicas de trabalho apreendidas com seus familiares, ou seja, seus pais, avós, entre outros.

Com o início do projeto, muitos produtores ficaram “desconfiados”, com receio. João José Diogo, ex-presidente sócio-fundador da Coopersil (1999-2002) afirmou que “quando você começava a conversar, que esses profissionais iam às propriedades, às vezes a gente por

estar mais próximo e ouvir mais vezes você já acaba assimilando. Mas quando você levava direto a esses pequenos produtores, que tinham menos conhecimento e menos contato com essas empresas que prestavam assistência técnica, era um susto. Era diferente”. Portanto, a introdução do associativismo, de novas técnicas de trabalho não foi aceita de imediato. Foi necessário um período de adaptação.

Da mesma forma que os produtores tiveram algumas dificuldades no início, os técnicos do projeto também tiveram. Para o presidente da Associação do Vareado, a principal dificuldade que esses técnicos sofreram “foi de encontrar muita gente desorganizada, e eles “pelejem” para colocar organizado”. Segundo o ex-presidente Valdir “não é fácil você implantar uma tecnologia na cabeça do produtor rural. Mas não tem nada fácil mesmo, tudo que você vai fazer é difícil. Mas devagarzinho mesmo foi ajeitando as coisas”. O atual presidente também levantou a questão da introdução do novo quando afirmou que os produtores eram “deficiente de tudo na época, que não era fácil implementar uma tecnologia nova se não tinha nada. Não é tão fácil isso. Tem que ter um começo para você começar a implantar para sair resultado. Então foi muito lento”.

Desta forma é possível perceber que, quando da inserção do projeto, no município, este possuía uma agricultura mais rudimentar, e que as mudanças propostas foram realizadas de forma gradativa. Que foi aos poucos que os agricultores foram aceitando as propostas do projeto. Segundo Jovani Batista, atual presidente,

O mais difícil foi o início. Você organizar as primeiras e elas terem resultados. Porque muitas das vezes queria melhorar seu meio de vida, suas condições de vida na propriedade, mas às vezes não acreditava no outro. Então iniciou com três ou quatro comunidades. Constituíram as suas associações, mas as outras comunidades ficaram esperando para ver se aquilo ia dar certo ou não. Ai houve um resultado bom. Conseguiram alguns recursos, melhoraram alguma coisa ai foi mais fácil das outras incorporarem no mesmo programa.

Com o projeto mais consolidado e o surgimento de novas associações, foi criado inicialmente a Central de Associações e depois de alguns anos a Coopersil. Estas entidades foram construídas juntas com os técnicos do projeto. Apesar de o projeto ter sido extenso, ele não era algo permanente. Então, quando o projeto acabou os produtores associados, e mesmo a Coopersil e a Central, sentiram dificuldades de continuar o trabalho por conta própria. Para o ex-presidente Nilton Carlos “na época que o projeto acabou foi uma deficiência que ficou, ou seja, ficou um espaço que estava sendo preenchido e deixou de ser.... E também tinha uma outra questão, pois eles apoiavam muito a cooperativa, como, por exemplo, gestão”. Segundo a Associação do Vareado “a dificuldade foi porque a gente

sempre fazia as coisas com o acompanhamento deles, com o respaldo deles. Quando eles saíram, nós ficamos sem técnicos”.

Apesar do encerramento do projeto e das dificuldades que passaram a ter, um número considerável de produtores deu continuidade a esse trabalho, porém com o passar dos anos muitos se desligaram. Todavia, o projeto, mesmo que temporário, ajudou a construir a Central e a Coopersil, que são organizações estruturadas e “permanentes”. Então, foi por meio delas que os produtores conseguiram dar continuidade em seus trabalhos e, conseqüentemente, manter a cultura do associativismo. Para João José Diogo, ex-presidente:

a cultura de Silvânia hoje é outra... Era uma Silvânia um tempo atrás com pessoas mais isoladas, e da Central e cooperativa pra cá é outra mentalidade, outro desenvolvimento para o município. Pessoas mais abertas, os produtores mais sábios, porque chegaram investimentos em suas propriedades como energia elétrica, meios de comunicação, etc. O município ganhou muito, os produtores ganharam muito com essas organizações.

Segundo Nilton Carlos, ex-presidente da Coopersil, se Silvânia não tivesse passado por essa intervenção, hoje o município “estaria bem mais atrasado”. Da mesma forma afirma o presidente da Associação do Projeto João de Deus – INCRA, ao dizer que “estaria bem ruim”, e o da Associação do Quilombo, que diz “tava difícil. Mais difícil. Porque tem uma dificuldade tem, mas se não tivesse essas coisas era pior”. Outro ponto levantado foi o do atual presidente que afirma que “o êxodo rural seria maior...e se não existisse o projeto e essas organizações constituídas eu acredito que hoje a maioria tinha vendido a sua propriedade e vindo para a cidade”.

Segundo o presidente da Associação do Vareado, é difícil dimensionar qual seria a realidade da região: “se não tivesse esse projeto se o município estaria lá atrás ou se estaria no mesmo lugar. Porque a cultura do povo que faz o crescimento”. O projeto não foi o responsável pelo desenvolvimento do município, mas ele serviu como ferramenta. Segundo Nilton Carlos, “a gente aprendeu muito com o projeto Silvânia. O projeto Silvânia ajudou o produtor a desenvolver bastante”. Para o atual presidente, senhor Giovani, o projeto “foi um marco de mudança no nosso comportamento de viver lá no campo. Porque a gente vivia individualmente, com a nossa dificuldade. Às vezes se organizava ali, mas era para um mutirão, alguma coisa ali, mas não passava dessas coisas”.

Devido ao projeto ter sido bem consolidado é possível visualizar resultados dessa intervenção entre os produtores de Silvânia até os dias de hoje. A cultura de organização de produtores é um exemplo. O agricultor familiar, quando se une a outros produtores, consegue

ter mais visibilidade e força, do que quando ele trabalha individualmente. Contudo, o trabalho organizado e coletivo não é fácil, pois sempre tem alguém que acredita que esta saindo em desvantagem, ou aquele que só pensa em seu próprio benefício.

Tanto a Coopersil como a Central são instituições que promovem a organização dos produtores. E essa organização se estabelece em forma de uma rede social, onde os indivíduos estão interligados por características comuns. Contudo, essa rede se caracteriza como um campo social, proposto por Bourdieu, pois essas relações são interligadas por relações de poder, e este poder é obtido por meio do acúmulo de capital social.

O acúmulo de capital social proporciona ao indivíduo mais poder, podendo este ser econômico, social, cultural ou simbólico. Neste caso, o acúmulo de poder dentro de uma rede proporciona ao indivíduo um destaque maior, ou seja, maior capacidade de influenciar nas decisões tomadas e mesmo na gestão da cooperativa. Os produtores cooperados vêm a cooperativa como uma forma de alavancar sua produção, ou seja, seu capital econômico. Em alguns casos, a cooperativa proporciona também o acúmulo de capital social a partir das relações políticas, culturais e sociais que acontecem dentro da rede de cooperados. Contudo, existem produtores que acreditam que quando conseguem aumentar seu capital econômico, não existe mais a necessidade de realizar seu trabalho de forma coletiva. Porém, pode haver o declínio do capital social. Neste caso, o produtor que se desvincula da cooperativa é aquele onde o custo de se manter associado não compensa para ele.

Existem casos de associados que saíram da cooperativa, ou seja, estava trabalhando de forma organizada, mas começa a crescer e devido a essa melhoria ele passa a achar que não precisa mais trabalhar em conjunto. Esse fato mostra o pensamento individualista do produtor. Segundo o ex-presidente Nilton Carlos, um dos maiores motivos que levam os produtores a saírem da Coopersil e da Central é esse, ou seja, quando o produtor passa a ter mais força, ele acha que não precisa mais trabalhar organizado. Inclusive, o senhor Valdir Rodrigues, também ex-presidente da Coopersil, é um exemplo desse tipo de produtor, onde afirmar que:

Pelo volume de leite que eu tiro, não teve mais como eu ficar na cooperativa. Porque lá ela paga igual. Se o produtor tira 50 litros de leite ou 1000 litros é um preço só. Não teve como mais ficar. Foi difícil a saída. Uma entidade que a gente ajudou a criar. Mas eu tive que sair porque estava perdendo dinheiro lá. Na empresa que eu estou hoje eu recebo por quantidade e qualidade. Eu saí contrariado, mas eu tive que sair porque a gente tem que ter receita. Nós temos gastos, custos. E quanto mais a gente receber melhor. Mas para o pequeno produtor a cooperativa é muito importante aqui na região. Se não fosse a cooperativa os pequenos produtores estavam enrolados. Acho que até hoje eles estão em atividade por causa da cooperativa.

Mesmo o ex-presidente, Valdir, afirmando que foi difícil sua saída, a razão que o motivou comprova que o capital econômico se sobrepôs ao capital social. E para o senhor Nilton Carlos, essa saída prejudica a cooperativa, pois quando ela passa a ter produtores mais fortes, capazes de fortalecer a instituição, há o desligamento de alguns deles.

Esse fato mostra o limite do associativismo, isto é, até quando o pensamento coletivo deve ir. No caso, esses produtores não viam mais vantagem econômica em se manter organizado, pois sua capacidade produtiva era maior em relação aos demais colegas associados. Apesar de ser prejudicial para a cooperativa no sentido de perda de capital social, ou seja, quando ela consegue produtores mais fortes, estes se desvinculam da instituição. Porém, a cooperativa não consegue oferecer muitas vantagens à esse produtores, o que leva à sua saída.

Outro fato que também explica a queda do número de associados e também de associações é a questão do crédito rural. Quando o projeto ainda estava sendo executado, existia a facilidade para obter financiamentos. Por essa razão, muitos produtores viram a organização como a forma de se chegar a esse crédito. Com o término do projeto, essa facilidade veio a diminuir, e isso acabou levando ao afastamento dos produtores que visavam essa ajuda.

Desta forma, é possível afirmar que a maioria dos associados, tanto na Coopersil como na Central, só passaram a se vincular a essas instituições quando viram vantagens a eles. Enquanto era possível ter acesso mais fácil aos créditos rurais e outros benefícios, muitos produtores estavam vinculados à essas instituições. A partir do momento que o produtor não tinha mais vantagens nesse associativismo ele se desvincula e passa a trabalhar sozinho.

Apesar do número de filiados ter diminuído tanto dentro da Coopersil como na Central após a saída do Estado, essas duas instituições ainda mantêm o trabalho de incentivar a organização de seus produtores. E essa organização se mantém em função dos incentivos que a Coopersil e a Central proporcionam, como cursos de capacitação, negociação do preço do leite, busca constante por maior facilitação no acesso a crédito rural, assistência técnica, entre outros. Esses incentivos proporcionam os produtores o acúmulo de capital cultural, social e econômico.

2. A cultura de organização

A cultura de organização de produtor cresceu junto com o Projeto Silvânia. Antes da implementação do projeto, a Associação de produtores do Quilombo afirmou que era “tudo desorganizado”. Da mesma forma foi a afirmação do atual presidente, ao dizer que “a gente vivia individualmente, com a nossa dificuldade”.

O Projeto Silvânia levou essa cultura de organização de produtor. Apesar da dificuldade de organizar os produtores, por meio das fazendas modelos, essa cultura foi sendo disseminada e ganhando a confiança dos demais agricultores. Tanto que a Central de Produtores chegou a ter 32 associações filiadas. Segundo o atual presidente

as comunidades estavam necessitando de melhorias nas suas propriedades, nas suas regiões. Ai houve aquele esclarecimento para iniciar uma associação, para buscar recursos para fortalecer, para buscar recursos via banco, via governo. Então foi uma etapa assim que onde a gente começou a crescer e melhorar nossa maneira de crescer.

Com o crescimento do associativismo no município, os produtores passaram a sentir a necessidade de uma entidade maior, que os representasse num todo. Foi quando fundaram a Central de Produtores e, alguns anos depois, a Coopersil. Essas entidades serviram de apoio para os técnicos do projeto, pois foi com elas que os produtores conseguiram dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Segundo a Associação do Vareado:

no final do projeto Silvânia, quando ele acabou os técnicos não abandonaram a gente assim de vez não. Os próprios técnicos do projeto Silvânia ajudou a montar a cooperativa... e os diretores da cooperativa já começaram a correr atrás com o apoio desses técnicos da Embrapa. Porque eles não abandonaram de vez. Eles sempre estavam ai dando força para começarmos a caminhada sozinhos.

Pode-se dizer que o trabalho de implementação da cultura de organização de produtores realizado pelos técnicos do projeto foi bem consolidado. Isso porque, segundo os dados obtidos pelos questionários, o tempo médio de associação na Coopersil é de 9,5 anos. É uma média alta, uma vez que a cooperativa tem 15 anos de existência.

Além disso, como mostra a figura 2, apenas 8,62% dos cooperados entrevistados disseram que a experiência de fazer parte de uma cooperativa é negativa, contudo, todos sem apresentar uma razão para esse lado negativo. Por outro lado, 91,38% afirmaram que essa experiência de fazer parte de uma cooperativa é positiva por várias razões: proporcionou a

inserção do produtor no mercado, aumento dos lucros, facilidade no acesso ao crédito e a máquinas agrícolas e maior assistência técnica.

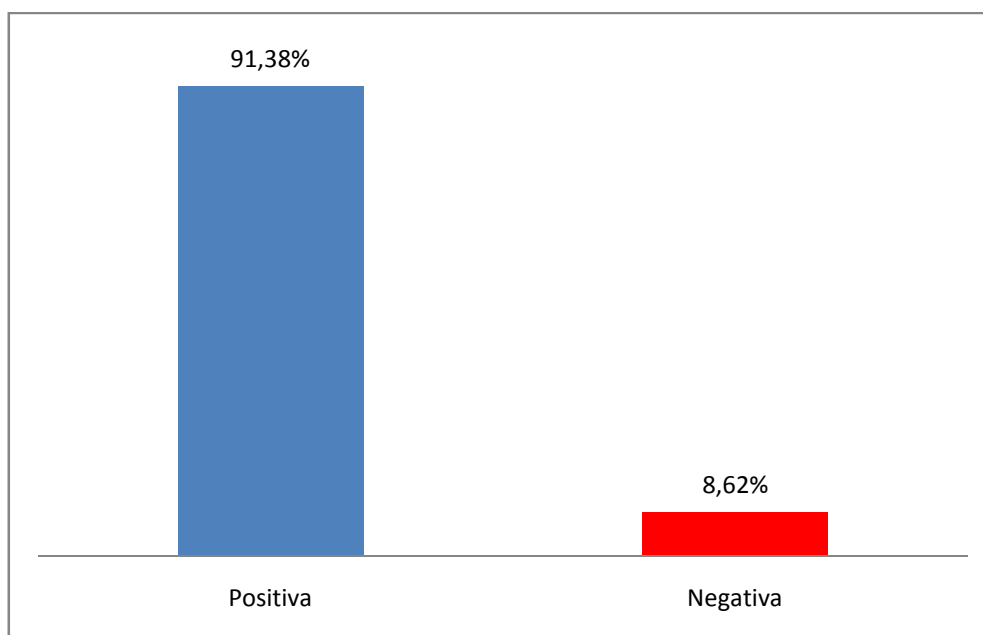


Figura 2 - Se filiar a Coopersil foi uma experiência positiva ou negativa para a propriedade?

Com base no conhecimento sobre a importância de se manterem organizados, dada pelos técnicos do projeto aos produtores de Silvânia, a Central e a Coopersil serviram como um apoio para os agricultores quando o projeto acabou. Foi a partir delas que os agricultores cooperados puderam dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos com os técnicos do projeto. Segundo o ex-presidente Nilton Carlos, para manter este trabalho, a Coopersil e a Central elaboraram várias atividades e trabalhos, como jornal informativo sobre a cooperativa, reuniões, treinamentos, assistência veterinária e agrícola, entre outros.

As duas instituições serviram para os produtores como uma forma de aumentar seu capital social. Com a união dos produtores, a venda do leite passou a ser feita de forma coletiva, proporcionando assim maior negociação do preço do leite. Desta forma, os produtores passaram a aumentar seu capital econômico. Outro exemplo de aumento do capital social foi a partir dos cursos e treinamentos promovidos pela Central e também pela Coopersil, ou seja, os produtores cooperados puderam aumentar seu capital cultural.

Da mesma forma que o projeto é bem visto pelos agricultores no município, o associativismo também o é. Segundo a Associação de Produtores da Limeira, “o trabalho feito organizado é muito melhor, bem mais bem feito. Se você deixar desorganizar, para organizar dá trabalho”. No entanto, a cultura de organização não é bem vista por todos, pois caso

contrário, a Coopersil não estaria sofrendo com a queda do número de associados desde o fim do projeto.

No caso da Coopersil e da Central, os indivíduos com maior capital social influenciam mais nas decisões em relação os produtores que possuem menor capital. É o caso, por exemplo, das reuniões na cooperativa, onde os produtores que mais participam, na maioria das vezes, são os produtores com maior capital econômico, são os com maior escolaridade, entre outros. Durante a realização das entrevistas, alguns presidentes de associações afirmaram que muitos de seus associados às vezes não participam das reuniões promovidas pelas instituições devido à falta de capital econômico, e quando chegam a participarem, muitos não manifestam suas opiniões por vergonha, constrangimento em relação aos indivíduos com maior capital social. Esses motivos, muitas vezes, levam os produtores a se desvincularem dessas instituições.

3 – Relações de poder

Por meio do histórico da diretoria da Coopersil, foi possível identificar uma ligação entre cada presidente, ou seja, identificou-se a presença desses indivíduos na administração da cooperativa ao longo de sua história. Por exemplo, no mandato do senhor João José Diogo, sócio-presidente (1999 – 2002), compunha a mesa diretora os seguintes cooperados: Valdir Rodrigues, Ronaldo Antônio e Dourizam dos Anjos. O presidente seguinte a este foi o senhor Valdir Rodrigues (2002 - 2004). Um dos membros da diretoria executiva nesse período foi o senhor Luciano Silva (2004 - 2008), que posteriormente foi presidente na cooperativa. O próximo presidente foi o senhor Nilton Carlos (2008 – 2012), que fazia parte da diretoria durante o mandato do senhor Luciano Silva. E atualmente, o cargo de presidente é ocupado pelo senhor Jovani Batista, que era integrante da diretoria anterior.

Essa ligação permite a identificação da existência de uma relação de poder, defendida por Pierre Bourdieu (1992). A análise do currículo de cada ex-presidente revela que todos eles foram líderes em uma associação de produtores ou mesmo na Central de Associações em um determinado momento de suas trajetórias. E foi, justamente por meio dessas lideranças que conseguiram chegar ao cargo de diretor na Coopersil.

Após o mandato, alguns continuaram trabalhando na cooperativa. Outros, ex-presidentes João José Diogo e Valdir Rodrigues, se elegeram a vereadores no município. Já o ex-presidente Nilton Carlos permaneceu na diretoria da atual presidência como secretário executivo.

A partir desse perfil de liderança é possível perceber a presença do capital social e político, uma vez que dois ex-presidentes se tornaram políticos, no caso vereadores municipais. Ambos se tornaram políticos após seu mandato na Coopersil. A cooperativa tem um destaque importante no município, tanto econômico como social. Desta forma, durante a gestão como presidente na cooperativa, há o ganho de capital social, pois o presidente passa a ter acesso a informações, ganha destaque como pessoa política no município, passa a ter o poder de formar opiniões, entre outro. Consequentemente, essa gestão proporciona o acúmulo de capital social, e dentro deste há o capital político. O fato desses dois ex-presidentes terem sido eleitos como vereadores municipais comprova como essas instituições favorece o acúmulo de capital.

Outra forma de identificar as relações de poder se deu por meio do comportamento dos produtores durante as reuniões e assembleias. Apesar de ser a minoria, 25,86% dos produtores não participam das reuniões. É um percentual elevado, pois a cooperativa não é uma empresa. Como sustentado, dentro de uma cooperativa existe a relação cliente-empresa, ou seja, o produtor é ao mesmo tempo proprietário e cliente (GASTAL; XAVIER; ZOBY, 2002). Ela é administrada por produtores e as reuniões têm, teoricamente, a função de discutir melhorias para eles próprios. E quando se tem um quorum reduzido fica difícil tomar decisões que representem os interesses da maioria. De acordo com a tabela 6, 44,82% dos entrevistados afirmaram que participam das reuniões às vezes, e 29,31% disseram sempre ir às reuniões. Dos produtores que sempre participam, 80% afirmaram que durante as reuniões são discutidos assuntos importantes tanto para a cooperativa como para o produtores. Isso demonstra que existe uma percepção entre os cooperados de um equilíbrio de interesses pela cooperativa.

Os assuntos discutidos, no caso das assembleias, são as eleições da diretoria. Já durante as reuniões são debatidos temas como demandas das associações ou alguma necessidade especial, cursos a serem realizados pela cooperativa, prestação de contas, entre outros.

Tabela 6 – Participação nas reuniões da Coopersil

Frequência dos produtores às reuniões da Cooperativa		
Frequência	Número de produtores	Porcentagem
Sempre participa das reuniões	17	29,31%
Às vezes participa das reuniões	26	44,82%
Nunca participa das reuniões	15	25,86%
Total	58	100%

O fato de a maioria dos produtores acharem que durante as reuniões existe um equilíbrio de interesses, ou seja, são discutidos assuntos que interessam tanto aos produtores quanto à cooperativa, demonstra a tentativa de atender o interesse de todos. Como relatado a cooperativa visa atender aos interesses da maioria sem privilegiar ninguém. Dessa forma, é necessário ter uma boa gestão para que não haja o privilégio, pois uma das formas de se exercer o poder é por meio da detenção da informação (BERTOLIN et al., 2008). Isso porque, uma das maiores críticas que são feitas às cooperativas é o uso do capital social para obter benefícios próprios. O próprio estudo de caso realizado por Valéria Brito (et al. 2008), citado anteriormente, demonstra o uso do poder para obter benefícios, ou seja, o presidente da cooperativa aproveitava da posição política que se encontrava para se beneficiar.

Apesar de maioria dos produtores considerarem que há esse equilíbrio, é importante também observar o comportamento dos cooperados durante as reuniões. Não é salutar manter esse equilíbrio, se durante as reuniões os produtores apenas acatam o que foi decidido por uma minoria detentora do poder de persuasão. Na Coopersil, durante as reuniões e assembleias, cada associado se comporta de uma maneira, ou seja, há aqueles que questionam mais, outros nem tanto e existem aqueles produtores que apenas acatam as decisões deliberadas por terceiros. Contudo, segundo João José Diogo, ex-presidente

É uma questão importante o presidente de uma entidade desse tipo saber entender o seu associado. Isso porque às vezes ele não reclama, mas você sente que ele está precisando de alguma coisa. Então o presidente tem que ter esse conhecimento e assim buscar essas pessoas, às vezes até em separado para entendê-lo e depois levar para todos.

O trabalho da cooperativa em manter essa percepção é importante, pois só assim conseguirá atender, ou ao menos saber as dificuldades enfrentadas por todos. Por meio desse conhecimento é possível estabelecer ações que atinjam também esses produtores. E não somente àqueles que argumentam durante as reuniões.

Tanto nas assembleias como nas reuniões, as decisões são tomadas pelo voto da maioria. Esse fato obedece ao princípio de que uma cooperativa deve atender aos interesses da maioria. Contudo, não se ignora a vontade da minoria, ela também é ouvida. Como cita o ex-presidente João José Diogo:

que quando você trabalha por minoria é mais difícil...Então aquela minoria ficava pensando que não ia ser atendida. Mas a diretoria também começava a batalhar para as questões da minoria com o tempo. Primeiro você atendia as prioridades gerais, depois as necessidades específicas de cada grupo. Você não podia deixar de atender, nem mesmo a minoria podia ficar sem atendimento.

Outra forma de exemplificar o capital social na Cooperativa e na Central é a partir do capital cultural. Segundo a figura 3 é possível observar a escolaridade dos produtores. A maioria, 68,88% possui somente até o ensino fundamental, 15,55% possui escolaridade até ensino médio e 13,33% possui até o nível superior. Pode-se observar que são produtores com nível de escolaridade mais baixo.

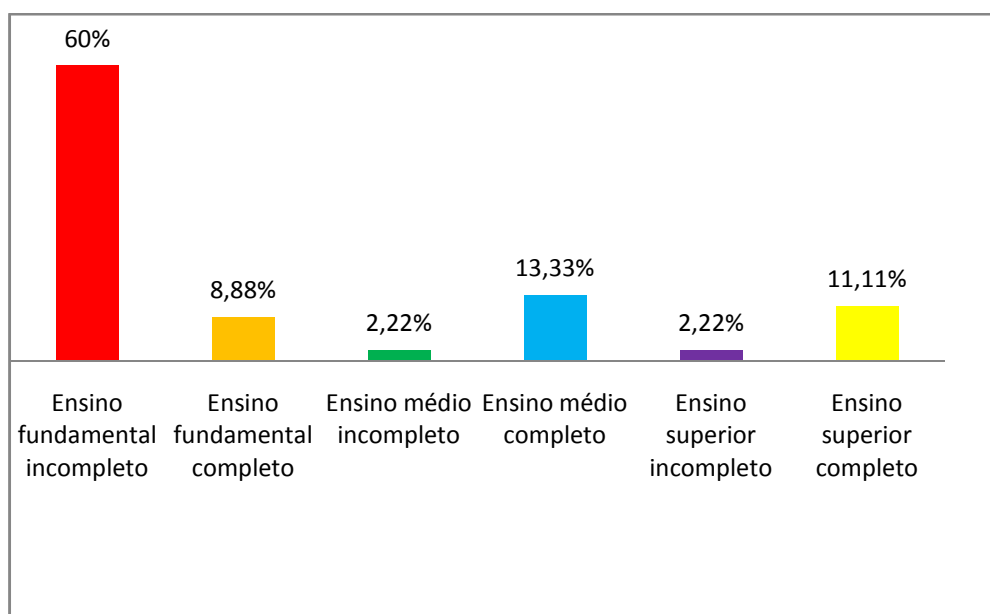


Figura 3 – Grau de escolaridade dos produtores cooperados

Quando comparamos esse gráfico com a tabela 7, o qual mostra a escolaridade dos ex-presidentes da cooperativa, observamos que são indivíduos com maior grau de escolaridade, ou seja, possuem maior capital cultural. É importante observar que o indivíduo que apresenta baixa escolaridade possui capital econômico alto. Este possui uma produtividade de leite de 1.200 litros por dia, possui uma propriedade com 121 hectares, além de trabalhar com outras atividades agrícolas. O poder cultural proporciona ao indivíduo maior acesso a informações,

consequentemente maior capacidade de argumentação e também de formar opiniões. O fato dos ex-presidentes possuírem maior capital cultural mostra que estes possuem mais acesso a informações, mas principalmente são capazes de formar opiniões. E este fato é importante para um gestor.

Tabela 07 – Escolaridade dos ex-presidentes da Coopersil

Grau de escolaridade dos ex-presidentes da Coopersil				
	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Curso técnico
Ex-presidentes	1	-	3	1

Uma observação a ser feita é quanto ao capital cultural que os filhos desses produtores possuem. Ao contrário da figura 3 que mostra o ensino fundamental como a principal escolaridade dos produtores, a figura 4 indica outra realidade, na qual os produtores investem na educação de seus filhos.

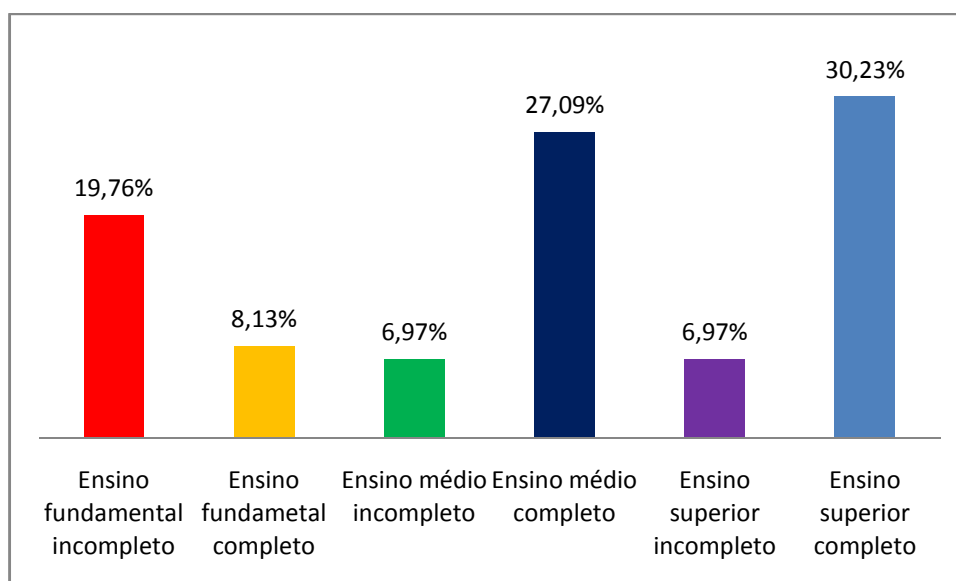


Figura 4 – Grau de escolaridade dos filhos dos produtores associados

Mesmo não tendo tido acesso a uma formação acadêmica elevada, os produtores cooperados proporcionaram a seus filhos a oportunidade de estudar. O fato de existir um maior grau de escolaridade entre pais e filhos faz com que aumente o capital cultural e econômico. É importante observar que do total de filhos que existem entre os produtores, os

que possuem ensino superior, a maioria não reside com seus pais. A tabela 08 mostra a existência de uma evasão do jovem para a cidade. Os filhos com maior capital cultural não retornam as suas propriedades para aplicar seus conhecimentos. Eles buscam outras fontes de renda, ou seja, eles não usam a terra como fonte de renda.

Tabela 08 – Escolaridade dos filhos X Residência com os pais

Escolaridade	Reside com os pais	Não reside com os pais
Ensino fundamental	17	5
Ensino médio	11	17
Ensino superior	5	27
TOTAL	33	49

É possível perceber o crescimento que o município de Silvânia sofreu desde o início do projeto até hoje. Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Mauro Borges (IMB/SEGPAN, 2013) o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em 1991 era 0,438, em 2000 era 0,578 e em 2010 era 0,709. O IDH é medido a partir da expectativa de vida, a educação e o Produto Interno Bruto – PIB per capita. Esse dado mostra a melhoria que o município foi passando, considerando o IDH ideal é 1 (um). Outro fato que comprova o crescimento do município é o seu PIB per capital, onde em 1999 era R\$ 3.773,93, em 2008 era R\$ 13.256,69, e em 2012 era R\$ 18.820,70 (IMB/SEGPAN, 2013). Houve também o crescimento do número de usuários de energia elétrica, onde em 2005 tinha-se 6.014 pessoas com acesso a energia elétrica, e em 2012 o número passou para 8.440 pessoas (IMB/SEGPAN, 2013).

Quanto ao aspecto agrário, o rebanho de vacas leiteiras do município também cresceu. Em 1998 era 18.800, em 2008 era 30.500, e em 2012 era 31.000 cabeças (IMB/SEGPAN, 2013). A produção de leite passou de 24.176 litros de leite/mês em 1998 para 49.000 litros de leite/mês em 2012 (IMB/SEGPAN, 2013).

O desenvolvimento do município pode ser observado a partir desses dados socioeconômicos, mas também com o relato dos ex-presidentes da Cooporsil e os presidentes de associações de produtores.

Conclusão

O “Projeto Silvânia” foi implementado durante um momento em que o município quase não possuía ajuda externa. Essa intervenção proporcionou melhorias para a cidade, reconhecidas entre os produtores até os dias atuais, como a construção da Central de Produtores e a Coopersil.

Essas instituições foram criadas a partir das necessidades que os produtores foram sentindo para melhorar suas condições de trabalho e de vida. Durante a execução desse projeto existiu um número grande de associados, pois os benefícios que esse trabalho proporcionou só podiam ser usufruídos pelos produtores vinculados. Desta forma, quando o projeto acabou alguns benefícios, como facilidade ao crédito rural e assistência técnica, diminuíram ou tornaram-se mais difíceis de ter acesso. Contudo, quando o projeto encerrou os produtores não ficaram desamparados, apesar de alguns associados acharem isso. Elas serviram como apoio aos produtores quando o projeto chegou ao fim. Apesar da queda do número de associados, essas instituições se mantêm até hoje.

É a partir delas que os agricultores familiares de Silvânia conseguiram dar continuidade ao trabalho implementado na década de 1990. Apesar de ser um trabalho difícil, essas instituições conseguiram manter seus associados organizados por meio de assistência técnica, cursos de capacitação, busca por financiamentos e também a introdução de novos produtos para comercializar.

Os cursos de capacitação, treinamentos e visitas técnicas permitem que os produtores obtenham conhecimento, levando-os assim ao acúmulo de capital cultural. Esse conhecimento proporciona aos produtores uma melhor visão sobre o mercado, além de outros aspectos sociais. E é esse conhecimento, que faz com que os produtores se mantenham organizados, pois sabem que o trabalho isolado, realizado por produtores familiares, não tem muita competitividade. Esse conhecimento oferecido pela Coopersil e também pela Central, juntamente com outros benefícios, permite aos pequenos produtores que continuem organizados.

O projeto Silvânia permite mostrar a importância que a cultura de organização dos produtores proporciona aos agricultores familiares. O associativismo, quando bem

administrado, ou seja, quando as decisões são voltadas para o benefício do coletivo e não do individual, é capaz de proporcionar o desenvolvimento dos agricultores familiares.

A Coopersil, juntamente com a Central de Produtores, se tornou hoje no município de Silvânia o que Bourdieu afirma ser um Campo. Essas instituições estabelecem relações, a partir do capital simbólico que cada produtor possui. Essas relações são assimétricas e dinâmicas, pois a posição de cada produtor dentro dessas instituições é modificada cada vez que há o acúmulo de capital.

Desta forma, é possível observar dentro das duas instituições indivíduos que se destacam mais em relação a outros associados. Esse destaque se dá pelo acúmulo de capital social. Além disso, foi observado que os indivíduos que fazem ou fizeram parte da diretoria são sempre os mesmos. Isso mostra uma diretoria cíclica, ou seja, são sempre os mesmos associados que se encontram na administração da cooperativa e da Central. Isso leva a um vício, impedindo o surgimento de novas gestões.

Outra observação feita em relação a Coopersil é a sua importância dentro do município. A cooperativa é hoje uma instituição que proporciona um grande acúmulo de capital social a seus presidentes. Isso porque, como dito anteriormente, dois ex-presidentes, em um total de 5, se elegeram vereadores municipais. Este fato mostra como as ações que a cooperativa realiza tem influência sobre o município.

Apesar dessa relação de poder existente dentro dessas instituições, há a busca pela melhoria de vida, nos aspectos econômicos e sociais, de seus associados. Isso porque, os produtores que estão associados vêm mais vantagem em realizar seu trabalho de forma coletiva, do que sozinho. Desta forma, mesmo existindo a relação de poder no campo social da Coopersil e da Central, essas duas instituições trabalham visando o benefício do coletivo e não do indivíduo.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo em questão**, São Paulo: Unicamp, 1992.

BAINVILLE, Sébastien; AFFHOLDER, François; FIGUIÉ, Muriel; MADEIRA NETTO, José. As transformações da agricultura familiar no município de Silvânia: uma pequena revolução agrícola nos Cerrados brasileiros. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 269-291, maio-ago, 2005.

BERTHOME, Jacques; MERCOIRET, Marie-Rose. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, Suzana. **Organização dos produtores**. Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia: Brasília, DF, 1999, 166p. (Série Agricultura Familiar, 3).

BERTOLIN, Rosangela Violetti; SANTOS, Antônio Carlos; LIMA, Juvêncio Braga; BRAGA, Marcelo José. Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 59-81, Jan./Mar. 2008.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. **Réponses: Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Le Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. IN: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 04 de novembro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Disponível em: <<http://www.semob.piracicaba.sp.gov.br/arquivos/Legislacao/Federal%20e%20Estadual/Lei%20Federal%204.771-65%20-%20Codigo%20Florestal.pdf>>. Acesso em: 01 de abril, 2014.

BRITO, Valéria da Glória; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BRITO, Mozar José; SILVA, Paulo José. A Dinâmica política no espaço organizacional: um estudo das relações de poder em uma organização cooperativa **RAC-Eletrônica**, v. 2, n. 1, art. 9, p. 141-154, Jan./Abril 2008.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 14, p. 26-44, 2009.

DOMICIANO, Carlos Shiley; CAUME, Davi José. Inserção no agronegócio pelo cooperativismo: a experiência da “Cooperaçãofrão” em Mara Rosa-GO. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 38, n. 3, p. 169-179, jul/set. 2008.

FREITAS, Alair Ferreira; FREITAS, Alan Ferreira. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 177-188, jul./dez. 2013.

GASTAL, Marcelo Leite, et al. Proposta metodológica de transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1993. 34 p. (**Série Documentos**, 51).

GASTAL, Marcelo Leite; XAVIER, José Humberto Valadares; ZOBY, José Luiz Fernando. Organização de produtores e desenvolvimento rural. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002, 30p. (**Série Documentos**, 75).

GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.

IBGE. Censo brasileiro 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 04 de julho de 2013.

IMB. Instituto Mauro Borges. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 11 de agosto de 2013.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n. 2, p. 21-36, 1995.

_____. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, B.M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**, São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51109383/Agricultura-Familiar>>. Acesso em: 06 de maio de 2014.

OCB/SESCOOP-GO. **Censo do cooperativismo goiano 2012**. Goiânia, 2012.

_____. **Censo do cooperativismo goiano 2011**. Goiânia, 2011.

_____. **Censo do cooperativismo goiano 2010**. Goiânia, 2010.

_____. **Censo do cooperativismo goiano 2009**. Goiânia, 2009.

_____. **Censo do cooperativismo goiano 2008**. Goiânia, 2008.

_____. **Censo do cooperativismo goiano 2007**. Goiânia, 2007.

_____. **Censo do cooperativismo goiano 2006**. Goiânia, 2006.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. P 337 – 365.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em: 04 de julho de 2013.

SEPLAN. **Secretaria de Estado, Gestão e Planejamento**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 26 de junho de 2013.

SOUZA, Eleusa Maria Leão. **ESTRUTURA X AÇÃO: a participação de produtores familiares em associações no município de Silvânia**. Goiânia, 2002, 100 f. Dissertação de mestrado em sociologia – Faculdade de Ciências Sociais, História e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

SPERRY, Suzana; MERCOIRET, M. R; FERRARIS, F. A organização dos pequenos agricultores de Silvânia, GO: origem, estrutura e impactos sociais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1997, 86 p. (Embrapa CPAC. **Série Documentos, 68**).

TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VEIGA, José Eli. Delimitando a agricultura familiar. In: **XXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC)**, 1995, Salvador, BA. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia, 1995, v. 2, p. 41-59.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. GT “Processos sociais agrários”. **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, MG, 22 a 26 de outubro, 2006.

Zylberstajn, D. (2002). Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In M. J. Braga & B. dos S. Reis (Eds.). **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa, MG: UFV, DER.

Apêndice

Questionário com os produtores

Nome do produtor: _____

Nome da propriedade: _____

Data da entrevista: _____

1- Qual o tamanho da propriedade? (Em hectares)

2- O terreno é próprio ou arrendado?

() Próprio () Arrendado

2.1 – Caso próprio, qual a origem?

() Herança () Bem próprio

3 – A sua família reside na propriedade?

() Sim () Não

Esposa:

Idade: _____ Escolaridade: _____

Filho 1

Sexo: () F () M Idade: _____ Escolaridade: _____

Continua estudando: () Sim () Não Mora com você: () Sim () Não

Filho 2

Sexo: () F () M Idade: _____ Escolaridade: _____

Continua estudando: () Sim () Não Mora com você: () Sim () Não

Filho 3

Sexo: () F () M Idade: _____ Escolaridade: _____

Continua estudando: () Sim () Não Mora com você: () Sim () Não

Outro

1: _____

Sexo: () F () M Idade: _____ Escolaridade: _____

Continua estudando: () Sim () Não Mora com você: () Sim () Não

Outro 2:

Sexo: () F () M Idade: _____ Escolaridade: _____

Continua estudando: () Sim () Não Mora com você: () Sim () Não

7 – A sua família trabalha na sua propriedade?

() Sim () As vezes () Não

8 – O senhor utiliza mão-de-obra contratada na sua propriedade?

() Sim () Não () às vezes. Com que frequência? _____

9 – Qual é o tamanho do rebanho? _____

9.1 – Quantos machos? _____

9.2 – Quantas vacas adultas em lactação? _____

9.3 – Quantas vacas adultas sem lactação? _____

9.4 – Quantos bezerros? _____

10 – A ordenha é mecânica ou manual?

() Mecânica () Manual

11 – Possui tanque de resfriamento individual?

() Sim () Não

11.1 – Caso não, utiliza tanque de resfriamento coletivo?

() Sim () Não

12 – Qual é a produção diária de leite da propriedade? (Em litros)

13 – Desse total, quantos litros o senhor entrega ao laticínio ligado a Coopersil? _____

14 – Por quanto é vendido o litro de leite ao laticínio? _____

15 – Além da renda com o leite, o senhor possui outra renda?

() Não () Sim.

Qual? _____

16 – A quanto tempo é associado á Coopersil?

17 – Antes da Coopersil, o senhor já fez parte de outra cooperativa?

() Sim () Não

18 – Sem contar com a Coopersil o senhor já trabalhou em união com outros produtores?

() Sim () Não qual? _____

18.1 – Caso sim, essa experiência foi positiva ou negativa? () Positiva () Negativa

18.2 – Foi nessa propriedade? () Sim () Não. Qual o município? _____

18.3 – A atividade era a pecuária de leite? () Sim () Não. Qual atividade? _____

18.4 - O que essa união proporcionou a propriedade? (Caso positivo)

() Maior inserção no mercado () Aumento no lucro () Obtenção de crédito rural

() Acesso a máquinas () Outros: _____

18.4 – O que essa união proporcionou a propriedade? (Caso negativo)

() Prejuízo () Brigas () Desarmonia () Perda de identidade () Outros:

19 – Quanto a Coopersil, o senhor participa das reuniões realizadas pela cooperativa?

() Sempre () As vezes () Nunca

19.1 – Quando o senhor participa das reuniões, percebe que:

() Trata de assuntos importantes para o produtor

() Trata de assuntos que interessam somente a diretoria da cooperativa

() Trata tanto de assuntos de interesse do produtor como de interesse da diretoria da cooperativa

19.2 – Em uma escala de 1 a 5, como o senhor sente que a diretoria da Coopersil representa seus interesses? (Sendo 1 nenhuma representação e 5 representa total)

20 – Como o senhor se sente em relação à cooperativa?

() Muito próximo () Relativamente próximo () Pouco próximo

21 – Se filiar a cooperativa foi positivo ou negativo para a propriedade?

() Positivo () Indiferente () Negativo

21.1 – O que essa união proporcionou a propriedade? (Caso positivo)

() Maior inserção no mercado () Aumento no lucro () Obtenção de crédito rural

() Acesso a máquinas () Outros: _____

21.1 – O que essa união proporcionou a propriedade? (Caso negativo)

()Prejuízo ()Brigas () Desarmonia () Perda de identidade () Outros: _____

Entrevista com os presidentes

Nome completo:

Escolaridade:

Tamanho da propriedade:

Qual atividade que trabalha na cooperativa:

Tamanho (da produção ou do rebanho):

Tempo de associação a Coopersil:

Pertence a outra associação de produtores:

1 – Trajetória dentro da Coopersil:

- Qual foi o período do seu mandato?
- Antes de se tornar presidente da Cooperativa já trabalhava em algum cargo administrativo dentro da Coopersil?
- E antes da Coopersil, o senhor já trabalhou em algum cargo administrativo de alguma associação de produtores?
- O que motivou o senhor a se tornar presidente da Coopersil? E como foi esse processo?

2 – Projeto Silvânia

- O senhor residia no município de Silvânia quando ocorreu o Projeto Silvânia?
 - Caso sim, me conte o que você viu durante esse período?
 - Caso não, me conte o que você já ouviu sobre esse projeto?
- Como era a agropecuária no município antes da implementação do Projeto? Como eram os aspectos econômicos, a organização dos produtores e também questões sociais?
- Como foi a receptividade dos produtores de Silvânia em relação aos técnicos responsáveis pelo projeto? Foram bem aceitos? Houve alguma resistência? Que tipo de resistência?
- Quais foram as dificuldades encontradas pelos técnicos durante a execução do projeto? Por exemplo, se houve alguma resistência em relação aos produtores em trabalharem juntos?

- Eu sei que a Central passou a existir a partir desse projeto. Conte a história de como foi a sua criação.
- Como o senhor avalia esse projeto?

3 – Coopersil e Central

- Em que momento a Coopersil foi criada?
- Quando o projeto acabou, quais foram as principais dificuldades enfrentadas pela Cooperativa? E pela Central?
- Como foi feito o trabalho para manter a cultura de organização de produtores?
- Como o senhor acredita que o município estaria hoje se ele não tivesse passado por essa intervenção institucional (Embrapa/Cirad/Emater)?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela a Cooperativa hoje? E pela Central?
- Como o senhor vê o trabalho dos produtores quando ele é realizado a partir de uma organização?
- Como as reuniões e assembléias entre os produtores cooperados são realizadas? Como as pautas são decididas (demandas apresentadas)? Como os produtores são avisados? Qual é a frequência das reuniões e assembléias?
- Durante as reuniões e assembléias, a decisão é por votação da maioria?
- Caso sim, como ficam as colocações da minoria?
- Como o senhor avalia o comportamento dos associados/cooperados durante as reuniões (são participativos ao ponto de exporem suas idéias ou apenas acatam o que a diretoria informa/solicita)?

Entrevista com os presidentes de associações

Nome completo:

Escolaridade:

Tamanho da propriedade:

Qual atividade que trabalha na cooperativa:

Tamanho (da produção ou do rebanho):

Tempo de associação a Coopersil:

Pertence a outra associação de produtores:

1 – Trajetória dentro da Coopersil:

- Quando o senhor entrou na Cooperativa? É o mesmo tempo que o senhor tem de Central?
- O senhor já trabalhou em algum cargo administrativo da Coopersil?
- Caso sim, como foi essa experiência?

2 – Projeto Silvânia

- O senhor residia no município de Silvânia quando ocorreu o Projeto Silvânia?
 - Caso sim, me conte o que você viu durante esse período?
 - Caso não, me conte o que você já ouviu sobre esse projeto?
- Como era a agropecuária no município antes da implementação do Projeto? Como eram os aspectos econômicos, a organização dos produtores e também questões sociais?
- Como foi a receptividade dos produtores de Silvânia em relação aos técnicos responsáveis pelo projeto? Foram bem aceitos? Houve alguma resistência? Que tipo de resistência?
- Quais foram as dificuldades encontradas pelos técnicos durante a execução do projeto? Por exemplo, se houve alguma demora em relação aos produtores em trabalharem juntos?
- Como o senhor avalia esse projeto?

3 – Coopersil e Central

- Em sua perspectiva, quando o projeto acabou quais foram as principais dificuldades enfrentadas pela associação? Cooperativa? E pela Central?
- Em sua perspectiva, como foi feito o trabalho para manter a cultura de organização de produtores?
- Em sua perspectiva, como o senhor acredita que o município estaria hoje se ele não tivesse passado por essa intervenção do governo?
- Em sua perspectiva, quais são as principais dificuldades enfrentadas pela a Cooperativa hoje? E pela Central?
- Como o senhor vê o trabalho dos produtores quando ele é realizado a partir de uma organização?

4 – Assembléias e reuniões

- O senhor participa das reuniões e assembléias realizadas pelas Coopersil e também pela Central? Qual é a frequência?
- Como o senhor fica sabendo dessas assembléias ou reuniões?
- Como o senhor repassa as demandas de sua associação para a Central? E a Cooperativa?
- Quando o senhor participa, você acha que são discutidos temas do interesse somente da cooperativa, somente do produtor ou há um equilíbrio?
- E quanto as decisões, a votação é feita pela maioria?
- Caso sim, a minoria (a que perde) é ignorada ou suas colocações são levadas em consideração?
- Durante essas reuniões, o senhor sente que seus interesses são levados em consideração?
- Como o senhor avalia o comportamento dos associados/cooperados durante as reuniões (são participativos ao ponto de exporem suas idéias ou apenas acatam o que a diretoria informa/solicita?